



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CARLA FERNANDES MARQUES

**A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL
PARA A VISIBILIDADE DA AGENDA LGBT: ATUAÇÃO
DA ARC INTERNACIONAL NAS NAÇÕES UNIDAS**

BRASÍLIA

2014

ANA CARLA FERNANDES MARQUES

**A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL
PARA A VISIBILIDADE DA AGENDA LGBT: ATUAÇÃO
DA ARC INTERNACIONAL NAS NAÇÕES UNIDAS**

Monografia apresentada ao curso de
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB),
desenvolvida sob orientação da Profa.
Raquel Boing Marinucci.

BRASÍLIA

2014

ANA CARLA FERNANDES MARQUES

**A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL
PARA A VISIBILIDADE DA AGENDA LGBT: ATUAÇÃO
DA ARC INTERNACIONAL NAS NAÇÕES UNIDAS**

Monografia apresentada ao curso de
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB),
desenvolvida sob orientação da Profa.
Raquel Boing Marinucci

Brasília, Outubro de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Orientador

Prof. Examinador I

Prof. Examinador II

RESUMO

O presente trabalho procura investigar a contribuição da sociedade civil global para a construção de novas agendas no sistema internacional. O objetivo primordial desta pesquisa é analisar a atuação de grupos da sociedade civil organizada em temas como gênero e identidade sexual. Procura-se compreender quais são os mecanismos e ações da sociedade civil para a construção de novos debates; como compreender redes de ativismo LGBT ao redor de globo; e identificar quais são as estratégias necessárias para que estes atores possam inserir-se na comunidade internacional. Para alcançar as compreensões desejadas, procura-se analisar a formação de ações tripartite entre sociedade civil global, Estados e organismos internacionais.

Palavras-chave: Sociedade civil global; Novas agendas; Identidade sexual; Gênero; Sistema tripartite.

ABSTRACT

The following research has the intention of investigating the contribution of the global civil society to the construction of new agendas in the international system. The first objective is to analyze the action of civil society organized groups relating to gender identity and sexuality, searching to understand the mechanisms used by civil society to create new debates, as well as to comprehend the network of LGBT activists around the world, and identify what are the necessary strategies for the actors to feel as part of the international community. To achieve the goal of this inquiry, actions of the tripartite system of global civil society, the State, and international organizations will be examined.

Key-words: Global civil society; New agendas; Sexual identity; Gender identity; Tripartite system.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

CDH-ONU – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

ECOSOC- Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

DUDH – Declaração Universal de Direitos Humanos.

ILGA - International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association.

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

LGBTQT - Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Two-Spirit, Queer.

LSVD - Federação Gay & Lésbica da Alemanha.

ONG - Organizações não governamentais.

OI - Organizações Internacionais.

ONU - Organização das Nações Unidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O sistema internacional no novo milênio.....	11
1.1 As ONGs no Sistema Internacional.....	11
1.2 Perspectiva Globalista.....	14
1.3 A nova ordem mundial e a sociedade civil global.....	16
1.4 A formação de ações coletivas em redes transnacionais.....	20
1.5 O Papel das ONGs nos Direitos Humanos.....	24
2. Diversidade sexual nas relações internacionais.....	28
2.1 A origem do preconceito.....	28
2.2 A contribuição das Nações Unidas para a evolução dos Direitos Humanos.....	33
2.3 Agenda LGBT em uma perspectiva de Direitos Humanos.....	38
2.4 A origem e evolução do ativismo LGBT.....	42
3. Análise de caso: Propagação dos Princípios de Yogyakarta.....	47
3.1 Sociedade civil global inserida na nova geopolítica.....	47
3.2 ARC Internacional em redes transnacionais.....	50
3.3 Consolidação dos Princípios de Yogyakarta no sistema internacional.....	54
3.4 Disseminação dos Princípios de Yogyakarta segundo ARC Internacional...56	
3.5 Atuação do Brasil de acordo com a ARC Internacional.....	58
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a chamada “nova ordem mundial” é um dos temas que ganharam espaço e visibilidade no campo acadêmico das relações internacionais. Trata-se de um momento de transformações profundas ao redor do globo, de mudanças econômicas, de alterações sociais, de revolução tecnológica, de maior interatividade entre os indivíduos e, apesar de não haver um consenso teórico, este fenômeno tem um impacto direto sobre a redefinição do papel do Estado diante de novas relações, estruturas e demissões que se transformam diariamente.¹ Partindo desta compreensão, se faz necessário, o reconhecimento de que o sistema internacional estava propício à atuação de novas forças não estatais.

A construção da nova arena internacional inclui a participação da sociedade civil global como um ator político internacional. Essa categoria pode ser definida por um conjunto de grupos independentes dos Estados, que inclui, também, a atuação das organizações não governamentais (ONG).² Devido aos efeitos da globalização sobre o sistema internacional, vive-se uma época de maior interconectividade, neste sentido as ONGs internacionais apresentam-se como uma força alternativa ao Estado e ao mercado, cuja atuação, redefine o papel estatal, pois rompem fronteiras nacionais ao passo em que fazem interações entre indivíduos, povos e entidades diversas. Segundo Fonseca³:

“A construção dessa esfera pública não-estatal, enquanto espaço de participação política dos cidadãos, exige entidades e movimentos não governamentais e não-corporativos, que são privados por sua origem, mas públicos por sua finalidade. Assim, aquilo que melhor exprime a sociedade civil transnacional e a “revolução associativa” global, é o movimento de organizações não governamentais em escalas planetárias, que percebem suas práticas como inovadoras e se consideram precursoras de uma nova forma de institucionalidade e representação.”

Assim sendo, as organizações não governamentais se apresentam como atores políticos movidos pela ação e vontade humana, onde contribuem não só para a interação

¹ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo

² FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012. PP 2.

³ FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012. PP 2.

entre os indivíduos, como também configuram mudanças diversas ao passo em que exercem pressões e mobilizam redes de ativismos para construção de espaços alternativos nas estruturas do sistema internacional. Partindo dessa ideia, busca-se ao longo desta pesquisa analisar como a sociedade civil global se insere nos mecanismos de ações na arena internacional. Zerbini⁴ sugere que as ONGs devem trabalhar em conjunto com Estados e organizações internacionais, em um esforço tripartite para solucionar questões de direitos humanos.

Desta maneira, será debatida, nesta monografia, a crescente atuação da sociedade civil organizada como agentes capazes de transformar o sistema internacional por meio de ações coletivas de indivíduos que se inserem em grupos em prol de uma causa ou um valor em comum. Um exemplo de destaque destes grupos é o movimento LGBT, que reivindica a proteção de minorias sexuais nos mecanismos da ONU. Como veremos, a luta por direitos de pessoas LGBT se apoia em dois princípios fundamentais dos direitos humanos: igualdade e não discriminação. Sendo assim, esta pesquisa levanta uma questão central: os grupos organizados da sociedade civil global teriam a capacidade de estabelecer novas agendas em favor da dignidade humana de pessoas LGBT? Em caso positivo, quais seriam as formas de demandar esta temática no sistema internacional?

Para analisar o objeto proposto, no primeiro capítulo procura-se investigar a atuação de indivíduos e suas organizações inseridas em uma perspectiva tripartite apresentada por Zerbini. Em seguida, para abordar análises mais profundas sobre o conceito de sociedade civil global buscam-se trazer à tona as noções apresentadas por Evangelista. Ainda procura-se analisar, a formação da nova ordem mundial com base na perspectiva globalista, sendo utilizados estudos de atores como Anthony Giddens e Mc Grew.

No capítulo dois, com noção de que a sociedade civil global é um ator importante nas relações internacionais, busca-se trazer à tona a contribuição destes grupos organizados para visibilizar a agenda LGBT. Será discutida a formação da demanda e a da problemática que envolve as questões de gênero e identidade sexual, onde nota-se que, no decorrer do processo histórico, os mecanismos das Nações Unidas

⁴ ZERBINI, Renato. El rol de la sociedad civil organizada para el fortalecimiento de la protección de los derechos humanos em El siglo XXI: un enfoque especial sobre los DESC. Revista IIDH. Vol.51. PP 251.

tiveram um papel importante para o avanço de novas agendas configuradas nos princípios dos Direitos Humanos. Nesse sentido, serão analisados encontros mundiais, foros de negociações e conferências internacionais no âmbito da ONU que contribuíram para o avanço da referida agenda.

Finalmente, com intenção de aprofundar as noções do sistema tripartite em prol a dignidade humana e exemplificar a atuação de redes de ONGs transnacionais, será analisado um estudo de caso sobre a atuação da organização não governamental - ARC Internacional na promoção dos princípios de direitos humanos da comunidade LGBT. Assim sendo, serão analisados os mecanismos de atuação da ONG, os processos de mobilizações e os impactos que os referidos princípios tiveram sobre o sistema internacional, inclui analisar, o esforço tripartite para aflorar a consciência planetária em prol ao respeito à dignidade da pessoa humana.

1- O SISTEMA INTERNACIONAL NO NOVO MILÊNIO

Neste capítulo, procura-se analisar novas dinâmicas e estruturas do sistema internacional com a virada do milênio. Observam-se grandes mudanças e incertezas vividas em um cenário globalizado e de crescente autonomia comunicacional entre os indivíduos. Neste contexto, busca-se fazer uma breve discussão sobre o papel do Estado-nação perante as constantes transformações do mundo contemporâneo, sobretudo analisar as novas dinâmicas diplomáticas que se formam com o surgimento de outros atores internacionais, sendo estes as organizações internacionais e a sociedade civil organizada. Desta forma, investiga-se o contexto no qual ocorre uma relação tripartite entre a sociedade civil, instituições internacionais e Estados, onde se busca explorar a crescente constituição de ONGs atuantes no cenário internacional, que aparecem como atores responsáveis por processos constantes de inovações e mudanças diversas na vida política internacional.

1.1- As ONGs no Sistema Internacional

Até meados dos anos 2000, havia mais de 50 mil organizações não governamentais atuando no âmbito do sistema internacional.⁵ Observa-se que muitas destas concentram esforços para a criação de espaços e agendas alternativas perante os novos debates e desafios que surgem com a virada do milênio. Referente ao elevado número de ONGs no sistema internacional, cabe observar que estas têm desenvolvido um papel fundamental para a participação dos indivíduos na arena mundial, pois a filiação cidadã em grupos sociais organizados caracteriza um momento pelo qual o indivíduo deixa de ser “indivíduo” e passa a ser o “sujeito” passível de demandar determinadas esferas da vida política, tanto no âmbito interno de um Estado, como também nas dinâmicas do sistema internacional. Segundo Touraine:

“o sujeito é vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator,
(..) É a relação com outro sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento

⁵ KEANE, 2003; nos relatórios anuais editados, desde 2001, pelo “Centre for the Study of Global Governance” London School of Economics. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/Depts/global>>.

de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade.”⁶

Nos termos da ONU⁷, as ONGs são definidas como “Organizações Não Governamentais que não foram criadas pela via de acordos intergovernamentais” e ainda, constituem-se pela legislação nacional de um Estado, sendo de caráter privado e sem fins lucrativos. Este termo nos leva a uma percepção genérica sobre as atuações das ONGS e seus sujeitos no cenário internacional, da qual se faz necessária uma breve discussão sobre as características inerentes a este fenômeno. Primeiramente, de acordo com Oliveira⁸, os grupos de sociedades organizadas estão por todas as partes, podendo ser estas pequenas organizações de bairros como também grupos que rompem fronteiras transacionais e atuam na arena global. Estamos nos referindo a um fenômeno que depende da capacidade humana de medir e agrupar esforços por uma causa em comum. Para tanto, o autor destaca a importância de virtudes humanas como solidariedade, responsabilidade e compromisso para se alcançar os objetivos traçados.

Em relação às virtudes humanas destacadas por Oliveira, pode se dizer que existem controvérsias quanto à atuação, pois a formação de grupos também pode estar baseada na lógica individualista. Segundo Olson⁹, além dos interesses em comum, os participantes do grupo também possuem interesses particulares, sendo que para o autor, a ação da filiação não é a de pertencer, mas sim a possibilidade de conseguir benefícios. O autor observa que em toda ação coletiva existem os “free riders”, ou seja, pessoas que pegam carona e se aproveitam da dedicação e trabalho de outros participantes do grupo para conquistar ganhos próprios.

É importante sinalizar que o início da década de 90 é marcado pelo aumento expressivo de organizações não governamentais ao redor do globo. Em conformidade a este crescimento, Oliveira¹⁰ reconhece outra característica ligada a este fenômeno, sendo esta a diversidade de temas como, meio ambiente, segurança coletiva, direitos humanos e entre outros debates que são levados a cabo com a virada do milênio. Pode-

⁶ TOURAINE, Alain – Crítica da modernidade. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994. PP 45.

⁷ Conselho Econômico e Social (ECOSOC) – Parágrafo 7 da resolução 1296 (XLIV). 23 de maio de 1968

⁸ OLIVEIRA, Darcy Miguel. Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e a ONG. Brasília: Instituto Rio Branco, 1999. PP 23-25.

⁹ OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999. PP 19-24.

¹⁰ OLIVEIRA, Darcy Miguel. Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e a ONG. Brasília: Instituto Rio Branco, 1999. PP 25.

se dizer que neste período as ONGs desempenharam uma função importante para a participação ativa dos sujeitos na sociedade internacional, pois segundo o autor, o crescimento substancial das ONGs produziu efeitos significativos na estrutura do sistema global, evidenciando certo protagonismo dos indivíduos e de suas organizações.

Apesar de identificarmos o início de uma nova dinâmica na sociedade internacional, onde a participação das ONGs ganha maior visibilidade, deve-se dizer que existem controvérsias em relação à sua atuação no plano global, pois em razão do aparato jurídico do Direito Internacional Privado¹¹, tais organizações carecem de personalidade jurídica internacional. E, ainda, estes são alvos de críticas na medida em que buscam defender interesses particulares. Por outro lado, neste tópico pretende-se demonstrar a relevância das ONGs na vida política internacional como uma categoria de atores que clamam por constantes mudanças na medida em que se tornam pilares essenciais para as tomadas de decisões em temas que dizem respeito aos direitos sociais da população global.

Muitos são os palcos de atuações das ONGs no cenário internacional. A título de exemplo, sua influência é observada no elevado número de delegações não estatais participantes de conferências sociais mundiais. Foram dez mil delegados na “IV Conferência sobre Direitos da Mulher” em Pequim de 1995, outras duas mil ONGs participaram na “Conferência de Viena sobre Direitos Humanos” de 1993.¹² Outra forma de inserir-se na vida política global é através do aparato normativo. Tal processo é muito frequente no âmbito das organizações internacionais, onde as ONGs participam de negociações e discussões para a formulação de um determinado conjunto de normas.¹³ Nesse sentido, a inserção das ONGs no cenário internacional admite uma estrutura pautada na crescente cooperação internacional. Zerbini¹⁴ sugere que a arena global deve ser sustentada por um trabalho tripartite em prol da dignidade humana, formado pela sociedade civil organizada, Estados e Organizações Internacionais (ONU, OEA, UE e entre outras). De acordo com o autor, com aumento da visibilidade das

¹¹ HERZ, Monica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais: história e prática. Rio de Janeiro 2004. PP 228.

¹² DUARTE, Rafael. (Rafael A. Duarte Villa) Formas de Influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea. – Universidade Federal do Paraná. Revista de Sociologia e Política. JUN 1999 PP 25.

¹³ García Ruiz, Carmen Rocío, ONG y Derecho Internacional: su influencia en la elaboración de normas internacionales. Madrid: Iustel, 1ª ed. 2007 PP 65.

¹⁴ ZERBINI, Renato. El rol de la sociedad civil organizada para el fortalecimiento de la protección de los derechos humanos en El siglo XXI: un enfoque especial sobre los DESC. Revista IIDH. Vol.51. PP 252.

ONGs na comunidade internacional, temas como segurança coletiva que eram discutidos exclusivamente no âmbito estatal, tonou-se também uma problemática inerente a outros atores internacionais, sobretudo, ONGs e OIs ligadas à promoção dos direitos humanos.

Em conformidade com o que já foi discutido, observa-se que, devido à crescente cooperação entre os atores das relações internacionais, houve a possibilidade das organizações não governamentais exercerem maiores barganhas na arena global. Nota-se que as ONGs aparecem como atores que constroem palcos e espaços alternativos para o fomento de novas agendas e debates, e também, participam dos processos de tomada de decisões no âmbito das organizações internacionais, pois são categorias que buscam propor e promover constantes mudanças. Em relação à atuação das ONGs Maria Glória da Gohn¹⁵ coloca com suas próprias palavras:

“As ONGs (...) se fundam numa cultura política que priorizam, nos processos de mudanças e transformações sociais, a conquista, defesa ou ampliação de diferentes tipos de direitos da população como um todo e a emancipação sociopolítica e econômica de amplas camadas da população que se encontram totalmente excluídas do acesso ao mercado de trabalho, dos benefícios da civilização moderna para uma vida digna e com justiça social.”

Nesse sentido, pode se dizer que o protagonismo dos indivíduos e suas organizações é fruto de um sistema internacional mais interligado e interdependente. Muitos são os autores que estudam as transformações do cenário global, do qual se caracteriza por crescente modernização tecnológica e novas formas de comunicações ao redor do globo. Desta maneira, nos levam para as próximas discussões a respeito do novo cenário mundial que se forma com a virada do milênio.

1.2 – Perspectiva Globalista

O início do século XXI vem passando por um momento de redefinição da ordem mundial como um todo. Devido ao fim do bloco socialista, o sistema internacional superou a lógica antagônica Leste-Oeste e, em razão do surgimento de novos atores na arena global como as instituições internacionais e organizações não estatais, o Estado

¹⁵ GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais. ONGs e redes solidárias. – São Paulo: Cortez. 2005. PP 92.

deixou de ser o único ator do sistema internacional.¹⁶ Observa-se que devido à inserção de novas categorias demandando o sistema internacional, inclusive as ONGs, os pilares da supremacia estatal começaram a ser questionados perante a ordem mundial.

Neste cenário tomado por constantes mudanças, observa-se o surgimento de novas temáticas no campo das relações internacionais, entre estas, discute-se os efeitos da globalização sobre a arena global.¹⁷ Segundo os pensadores adeptos à perspectiva globalista, como Mc Grew e Anthony Giddens, os Estados perdem a posição de atores centrais na arena global na medida em que o mundo se torna mais interligado e interdependente. Estes autores acreditam que a virada do milênio configurou uma nova ordem mundial menos estatocêntrica e pautada pela crescente cooperação. Entretanto, deve-se observar que não existe um consenso quanto à diminuição da supremacia estatal na ordem mundial, onde um grupo de autores “céticos” surge como contraponto à perspectiva globalista. Em 1999, o teórico Ulrich Beck¹⁸ desenvolve uma crítica sobre os “equívocos do Globalismo”, onde parte do pressuposto de que a nova ordem mundial é apenas um mito.

Evangelista¹⁹ sugere que estes dois grupos se diferenciam no que diz respeito à redefinição do papel do Estado na nova ordem mundial. Busca-se analisar ao longo deste trabalho as mudanças do sistema internacional na virada do milênio sob a luz da perspectiva globalista. Neste sentido, cabe uma observação, não se trata do fim do Estado-nação, entretanto, se discute um período de crescente interconectividade entre os novos tipos de atores no plano internacional.

¹⁶ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 24.

¹⁷ RACY J. Carlos - Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais. Revista FAAP Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/racy.htm>. Acesso em: 31 out. 2014.

¹⁸ BECK, U. (1999), O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Trad. André Carone. São Paulo: Paz e Terra.

¹⁹ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 25.

1.3- A nova ordem mundial e a sociedade civil global

As mudanças já mencionadas evidenciam um momento de interdependência entre os Estados, maior interconectividade global e crescente atuação novos atores internacionais, sendo esses, instituições internacionais, organizações não governamentais, corporações financeiras e outras instituições globais. Muitos estudos apontam que este cenário ficou caracterizado pelo estabelecimento da nova ordem mundial. Mas o que isso realmente significa? Segundo Evangelista²⁰, é um momento de mudanças diversas ao redor do globo, onde ocorrem transformações em variadas esferas, como no campo político, econômico, social, local, internacional e privado. É importante analisar que neste contexto houve a formação de novas dinâmicas diplomáticas na arena global com a possibilidade de se formar alianças e constituir novos debates além das fronteiras dos Estados. As OIs tiveram um papel importante nesse processo, pois são responsáveis em promover um espaço compartilhado, onde os atores internacionais possam se encontrar, trocar informações e assim, progredir com as agendas debatidas. Evangelista²¹ destaca que é neste cenário que o conceito de “sociedade civil global” ganha espaço nos veículos de comunicações e na vida política internacional.

Os autores adeptos à perspectiva globalista demonstram que tais transformações estabelecidas pela nova ordem mundial, não estão apenas ligadas ao contexto do fim da guerra fria, como também, passaram a sofrer influências a partir do processo de globalização ao redor do globo. Neste sentido, pretende-se fazer uma breve contextualização sobre os efeitos da globalização no que diz respeito ao surgimento da sociedade civil global. Cabe aqui observar que o objeto deste trabalho não é discutir os aspectos inerentes à internacionalização dos fluxos financeiros, produtivos ou tecnológico. A proposta aqui é analisar quais são os impactos do avanço comunicacional para a atuação da sociedade civil organizada, uma vez que, as novas vias de comunicações fomentam a livre circulação pessoas e notícias ao redor do globo, desafiando assim, os pilares das fronteiras nacionais.

²⁰ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 17.

²¹ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 15.

Muitos são os estudos que apontam para os efeitos da globalização sobre o sistema internacional. Desta maneira, é difícil encontrar um conceito único para este fenômeno. Evangelista²² sugere que o termo “globalização” refere-se a um processo e não um conceito formalizado, ou seja, trata-se de um fenômeno que se intensifica com o passar dos anos. Cabe ressaltar que o foco das análises são as transformações que servem de bases para a construção da sociedade civil. Para tanto, a autora estabelece um conjunto três dinâmicas intrínsecas a este processo: “interdependência, compressão do espaço e interpenetração crescentes das sociedades”.

Deve-se observar que estamos nos referindo a um momento de redefinição do papel do Estado, pois devido a crescente interdependência entre os fluxos econômicos, os Estados perdem o controle sobre seu próprio processo regulatório.²³ Nesse sentido, as autoridades passam a analisar as conjunturas e os processos decisórios no âmbito global como um todo, para somente então, estipularem regras e normas no âmbito nacional. Estabeleceram-se novos tipos de relações no sistema internacional, pois com a globalização os Estados foram obrigados a interagirem e cooperarem com mais intensidade com outros atores globais. A respeito do sistema internacional mais interligado Aron²⁴ coloca: “uma totalidade que incluiria ao mesmo tempo o sistema interestatal, o sistema econômico e os movimentos transnacionais, as sociedades e as instituições supranacionais”.

Evangelista²⁵ demonstra que não há um consenso quanto à intensidade e consequência em relação ao fenômeno da interdependência, pois alguns autores indicam que a interdependência unifica espaços, para outros trabalha para homogeneizar valores e padrões de consumo. Há inúmeras controvérsias, mas poucos deixam de admitir seu avanço, em que é cada vez mais visível que vivemos em um mundo onde culturas locais

²² EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP18

²³ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo.

²⁴ ARON, R. Os últimos anos do século. Rio de Janeiro: Guanabara. 1997. PP. 27.

²⁵ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo.

são diariamente expostas a influências diversas, onde dados, acontecimentos e saberes cruzam as fronteiras dos Estados nacionais sem pressupostos. Segundo Mc Grew²⁶:

“A globalização se refere àqueles processos e forças de mudança, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mas interconectado”.

De fato, a globalização é um fenômeno que modifica constantemente as noções de espaço e tempo ao redor do globo. Segundo Stuart Hall²⁷, os fluxos de informações e notícias de um determinado lugar podem influir em outra parte muito distante do mundo em questões de segundos. Pode se dizer que uma característica pertencente às novas categorias das sociedades contemporâneas é o imediatismo transnacional, pois, existe um processo de alongamento dos fluxos de informações, onde diferentes tipos de sociedades passam a interagir como um todo ao redor do globo.²⁸ À medida que se intensificam os fluxos de informações, as pessoas se tornam mais consciente das injustiças sociais.²⁹ Sendo assim, cabe analisar que o estabelecimento da nova ordem mundial, pautada na livre circulação de pessoas e informações, tornou-se um mecanismo de atuação para as ONGs, que por sua vez, trabalham para expandir notícias, realizar denúncias, propor novas agendas e mobilizar plataformas ativistas em distancias multicontinentais.

Evangelista sugere que no novo milênio os grupos sociais organizados aparecem na qualidade de sociedade civil global. Em realidade, trata-se de variados grupos transnacionais, como: “associações civis, organizações não governamentais, movimentos sociais e associações voluntárias”.³⁰ Pode-se dizer que os grupos da sociedade civil global abandonam a lógica de que a atuação está apenas concentrada nas demandas internas do Estado-nação. Sendo assim, em meio a um contexto de maior possibilidade de conexão e comunicação entre os indivíduos, o surgimento da sociedade

²⁶ GREW, Mc. Apud. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. PP. 67.

²⁷ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. PP. 67.

²⁸ GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. PP 70.

²⁹ NYE JR., Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. São Paulo: Gente, 2009. PP 249.

³⁰ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 57.

civil global é oportunamente a possibilidade dos sujeitos exercerem maiores pressões e barganhas na governança global. Segundo Teixeira³¹:

“A sociedade civil situa-se num determinado território, no qual desenvolve suas relações e constrói seus espaços públicos para expressão e participação de seus atores. Com a globalização, torna-se pertinente indagar sobre as tendências à superação desses limites, estendendo-se a ação para espaços também globais, o que conformaria uma sociedade civil global”.

O autor sugere que a sociedade civil global concentra esforços para estabelecer um espaço público e democrático no sistema internacional, onde buscam incluir seus valores e interesses nos debates no âmbito internacional. O autor destaca que o estabelecimento de uma arena global, pública e democrática pode ser concebido tanto no âmbito de organizações internacionais, quanto em conferências mundiais e fóruns alternativos. Cabe aqui atribuir devida importância ao papel da atuação tripartite entre sociedade civil, Estado e organizações internacionais, pois é neste momento que a sociedade civil global pode colocar em pauta e discutir seus interesses e demandas na agenda política internacional.

Considera-se a perspectiva cosmopolita para a legitimação das questões defendidas pela sociedade civil no que diz respeito a assuntos de governança global. Em um primeiro momento ao tratar de questões que envolvem interesses universais a sociedade civil global surge como um espaço alternativo entre Estado e mercado. Já em um segundo momento, observa-se que as lutas e interesse destes novos atores sociais, são categorias que trabalham com questões políticas, culturais, sociais e neste sentido devem ser colocadas em pauta em um dinamismo democrático. Sendo assim a sociedade civil, o Estado e a comunidade internacional estariam configurados em uma hierarquia de igualdade em que todos os atores gozariam das mesmas possibilidades para atuação em processos regulatórios de cunho global³².

Existe uma pluralidade de temas que envolvem as questões da sociedade civil global, sendo estes, grupos de mulheres, indígenas, ambientalistas, associações locais e

³¹ TEIXEIRA, Celso Elenaldo. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. Editora Lua Nova. 1999. PP138 -140.

³² HERZ, Monica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais: história e prática. Rio de Janeiro 200. PP 68.

entre outras diversas categorias. Marta Farah³³ sugere que devido às pressões e tendências de democratização do espaço público internacional demandado pela nova ordem mundial, oportunamente houve um momento de discussão e implantação de políticas públicas sobre as desigualdades de gênero em conferências mundiais, como “ECO-92, sobre Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Cúpula Mundial, a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995; e o Fórum Social Mundial, de 2001 a 2003”.

Em conformidade com o contexto descrito, o estabelecimento da nova ordem mundial foi marcado pela diminuição da supremacia estatal, que por sua vez, abre espaço para a atuação de outros atores, como instituições internacionais e sociedade civil. Nesse contexto, nota-se que a sociedade civil organizada ganha força através do intercâmbio de informação com outros indivíduos do globo, onde estabelecem redes, exercem pressões para a promoção de novos direitos e políticas de alcance universais. Observa-se que as formações de plataformas ativistas são essenciais para as temáticas ganharem visibilidade. Através de protestos a sociedade civil é capaz de disseminar informações e denunciar desigualdades a fim de visibilizar determinadas problemáticas no âmbito internacional. Assim sendo, próximas discussões norteiam o surgimento e a formação de movimentos sociais ao redor do globo como uma categoria capaz de exercer mudanças profundas.

1.4- A formação de ações coletivas em redes transnacionais

No tocante à sociedade civil global, existe forte ativismo que revela protagonismo destes atores no sistema internacional. Segundo Maria da Glória Gohn³⁴, em meados dos anos 70, o nascimento de algumas ONGs deve-se a ações dos movimentos sociais que com o passar dos anos adquiriram força e se institucionalizaram no formato de organizações não governamentais. Entretanto, nos anos 90, a autora aponta que, devido às novas dinâmicas e esferas de negociações, a crescente formação de ONGs no cenário internacional não está necessariamente ligada a movimentos sociais, pois conforme já mencionado, as organizações não estatais

³³ FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Revista Estudos Feministas. 2004. PP 54.

³⁴ GOHN, Maria. O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. – São Paulo :Cortez,2005. V123. PP 89.

passaram a trabalhar em conjunto com entidades supranacionais e também com próprio Estado-nação. Gohn destaca que em meio à era da globalização as relações entre as ONGs e as ações coletivas estabelecem novos mecanismos de atuações.

Deve-se observar que os movimentos sociais e ações coletivas aparecem como uma categoria inerente aos conjuntos de atores da sociedade civil global. Sobre os movimentos sociais, Gohn destaca:

“(..) representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividade e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovação socioculturais.”³⁵

No entanto, devemos ter em mente que há outra face em relação aos movimentos, pois existem grupos conservadores demandados por um sentimento de intolerância e negação da vida social, como por exemplo: grupos racistas, fanáticos, religiosos e contrários às diversidades³⁶.

No que diz respeito à formação de movimentos sociais, Ilse Scherer-Warren aponta alguns pré-requisitos para seu desenvolvimento. Primeiramente trata-se de um processo onde os sujeitos identificam seus princípios culturais e ideológicos particulares como pilares éticos para desenvolvimento do bem-estar global. A autora sugere que quando um cidadão reconhece suas demandas da vida privada em um direito coletivo, formam-se as identidades do movimento. Deve-se observar que os mesmos sujeitos inseridos em um único movimento podem constituir uma pluralidade de identidades. Por exemplo, as ações coletivas pela não discriminação de gênero que envolve uma diversidade de questões: mulheres que lutam por maiores barganhas no espaço público; homossexuais que buscam reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo; transgêneros que pautam o reconhecimento oficial do gênero no qual se identifica nos registros e documentações legais; e, entre outras pautas que passam a ganhar força e maior visibilidade através de uma luta coletiva.

³⁵ GOHN, Maria. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. PP14

³⁶ GOHN, Maria. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. PP 25.

Com a virada do milênio, as lutas sociais não trazem à tona somente a busca de “direitos a ter direitos”, mas, evidenciam um momento de empoderamento dos indivíduos que buscam demandar seu próprio destino através de ações coletivas.³⁷ Em relação aos atores sociais o conceito de “identidade” pode ser entendido, de acordo com Castells³⁸, como:

“O processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados (...) Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (...) Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação.”

Outro requisito destacado por Scherer-Warren para a formação de movimentos sociais é a construção de um projeto específico e transformador em torno do qual a luta se trava. Trata-se de um momento onde o movimento traça um plano de metas para a construção da sociedade mais justa e livre de preconceito. Neste caso as diversas identidades e categorias concentradas nas questões de gênero trazem como objeto central de suas discussões a não discriminação social. Para tanto, a autora destaca que é um processo gradual à medida que buscam um ambiente igualitário para participação dos sujeitos e suas organizações na vida política internacional. Neste contexto, as ONGs desempenham papel importante para o desenvolvimento de movimentos sociais, pois surgem como mediadoras para a construção de um plano alternativo de vida. As organizações não governamentais, por excelência, cooperaram e trocam informações com outras organizações, formando “redes entre ONGs (mediadores) e movimento e organizações populares em torno de um projeto mais abrangente”.³⁹ Nas Palavras de Diani M⁴⁰:

“Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos, e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base em numa identidade coletiva comum.”

Assim sendo, observa-se que a noção de rede incorpora uma característica fundamental para desenvolvimento de ações coletivas, onde trocam informações sobre

³⁷ SCHERER - WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo, 1999. PP 69.

³⁸ CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade – São Paulo – Paz e Terra, 1999. V2. PP 22-23.

³⁹ SCHERER - WARREN, Ilse - Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo, 1999. PP 118.

⁴⁰ DIANI, M. The Concept of Social Movement. The Sociological Review, 1992. PP 13.

os símbolos culturais de determinadas identidades coletivas ao redor do globo como forma de romper os padrões dominantes existentes. Para Fonseca⁴¹, o que consiste o estabelecimento de uma rede são as informações que transitam pelos meios de comunicações interligando seus integrantes, podendo conectar pessoas e/ou entidades para se alcançar os objetivos estabelecidos. Segundo o autor, as redes podem ser formadas com diferentes tamanhos como, por exemplo, um grupo que trabalha em rede local que faz um link com uma rede internacional e assim pode existir redes de redes e ainda, dentro de uma rede pode se formar sub-redes com objetivos específicos. Segundo o autor, o objetivo da formação de redes nas ações coletivas pode ser: “A circulação de informações, base comum do funcionamento de todo e qualquer tipo de rede; A formação de seus membros; A criação de laços de solidariedade entre membros; A realização de ações em conjunto;”.

Deve-se lembrar de que estamos nos referindo a uma era de maior interatividade devido aos novos meios de comunicações, assim sendo, os movimentos atuam através de redes para promoverem mudanças sociais tanto no âmbito nacional quanto no âmbito global.⁴² Para Fonseca⁴³, para o bom funcionamento das redes e ações coletivas devem ser preenchidos três pilares básicos:

“1) que a realização do objetivo perseguido seja vital para quem participe da ação; 2) que o objetivo só possa ser alcançado se houver efetiva participação; 3) que seja aceito como legítimo, pelos participantes da ação, o poder dos quem dirigem, comandam, coordenam ou servem os que agem.”

Em conformidade com o que foi abordado neste tópico, pode se dizer que a formação de redes entre grupos de a sociedade civil organizada são essenciais para se colocar o projeto específico e transformador das ações coletivas nas agendas internacionais. Para Corrêa⁴⁴, as lutas coletivas pela não discriminação por orientação sexual nas agendas globais foram demandadas pela formação de redes entre ONGs e plataformas ativistas, sendo estas: ILGA (International lesbian, gay, bisexual, transandintersexassociation), LGBTTQ, LSVD (Federação Gay & Lésbica da

⁴¹ FONSECA, Fúlvio. *As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos*. Brasília, Junho de 2012. PP 106-107.

⁴² SCHERER - WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo – 1999 – PP 26.

⁴³ FONSECA, Fúlvio. *As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos*. Brasília, Junho de 2012. PP 106-107.

⁴⁴ CORRÊA, Sonia. – O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art01_correa.pdf > Acesso em 22 de out. 2014.

Alemanha), ARC Internacional e outros movimentos feministas que juntos trabalharam para viabilizar as questões de gênero nas agendas internacionais.

Observa-se que as ações coletivas estabelecidas na era da globalização alteraram seu perfil na medida em que surgiram novos tipos de conexão ao redor do globo. Nesse sentido, Maria Glória Gohn⁴⁵ aponta que ao longo dos anos 90, as ações coletivas passaram a utilizar-se do aparato comunicacional para estabelecer redes de redes e assim, travar as discussões necessárias para reconhecimento da diversidade cultural no âmbito global. A autora aponta que em função da nova geopolítica mais interligada a alteração dos laços entre os movimentos e ONGs modificaram-se na medida em que enfraqueceram os movimentos internos e fortaleceram-se ações de cunho global. Porém, deve-se observar que um aspecto inerente ao bom funcionamento das ações coletivas é o compromisso da participação cidadã, onde posicionam uma arena de luta dentro de Estados e organizações intergovernamentais para exercerem maiores barganhas e pressões ao passo em que se apresentam como um componente de mudanças sociais diversas ao romper com barreiras das culturas nacionais.

1.5- O papel das ONGs nos Direitos Humanos

O contexto apresentado até agora se refere a um momento de grandes mudanças, sobretudo, em relação aparecimento da sociedade civil global na nova ordem mundial. Devemos identificar que, como consequência, as mudanças multifacetadas do sistema internacional alcançaram também os planos normativos do Direito Internacional Público, principalmente no que diz respeito aos Direitos Humanos. Segundo Cançado Trindade⁴⁶, a década de noventa passou por um período de avanço para o marco legal e jurídico no que diz respeito à proteção da pessoa humana. De acordo com autor amplia-se o campo de negociações com o surgimento de agendas alternativas, principalmente no âmbito das Nações Unidas, da qual será discutido com maiores detalhes no próximo capítulo deste trabalho. No momento, cabe destacar que, em meio a esse avanço, aflora o conceito de “consciência jurídica planetária”. Segundo Zerbini⁴⁷, desde o surgimento do aparato normativo internacional, as lutas pelos direitos dos homens não estavam

⁴⁵ GOHN, Maria Glória. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003. PP 30-31.

⁴⁶ TRINDADE, Cançado. La nueva dimension de las necesidades de Protección del ser Huamano en el inicio del siglo XXI. San Jose, Impresora Gossestra Internacional, 2001. PP 25.

⁴⁷ ZERBINI, Renato - Os Direitos Humanos Desafiando o Século XXI. Brasília. 2010.

mais aprisionadas às demandas internas e ao princípio de soberania de cada Estado, onde as questões de dignidade humana estavam presentes em debates no âmbito da comunidade internacional. Segundo Trindade⁴⁸ o termo refere-se a:

“toda la jurisprudência internacional en materia de derechos humanos ha desarrollado, de forma convergente, a lo largo de las últimas décadas, una interpretación dinámica o evolutiva de los tratados de protección de los derechos del ser humano. (...) Las propias emergencia y consolidación del corpus juris del Derecho Internacional de los Derechos Humanos se deben a la reacción de la conciencia jurídica universal (...)”

Em conformidade com o que já foi mencionado, nota-se que existe uma tendência normativa no mundo contemporâneo que busca desenvolver princípios de alcance universal. Cabe aqui relembrar um ponto, a elaboração de determinadas normas podem surgir de um trabalho tripartite entre Estados, organizações internacionais e sociedade civil organizada. Pode-se dizer que a participação de múltiplos atores internacionais contribui para a legitimação destas normas no sistema internacional. Segundo Evangelista, tal legitimação deve influenciar os compromissos, práticas e políticas adotadas pelos Estados. No início da década de 90, o então Secretário Geral da ONU, o senhor Boutros Ghali⁴⁹ destaca:

“as ONGs são uma força básica de participação popular no mundo de hoje e que, portanto, a participação destas em organizações internacionais garantiria de certa forma legitimidade política às organizações.”

Em meio a este cenário Evangelista⁵⁰ aponta para crescente participação das ONGs nas grandes conferências mundiais promovidas pelo Sistema das Nações Unidas. Segundo os registros do ECOSOC – Conselho Econômico e Social da ONU em 1999, mais de 200 organizações não estatais fizeram-se presentes em encontros mundiais, já em 2000 e 2001 os registros ultrapassaram o número de 500 participações. Cabe ressaltar que há a redefinição do papel do Estado perante aos desafios do mundo atual, nota-se que as lutas são comuns aos seres humanos, e que estes, por sua vez, demandam

⁴⁸ TRINDADE, Cançado. – La nueva dimension de las necesidades de Protección del ser Humano en el Inicio del Siglo XXI. San Jose, Impresora Gossesstra Internacional, 2001. PP62.

⁴⁹ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). PUC SÃO PAULO. São Paul. APUD. PP 38.

⁵⁰ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). PUC SÃO PAULO. São Paulo PP 38.

o sistema político e social através da sociedade civil global enraizada em ONGs e ações coletivas⁵¹.

Evangelista⁵² destaca que a presença da sociedade civil nos processos decisórios é essencial para o bom funcionamento e realização dos tratados acordados. As ONGs contribuem para o monitoramento local e global dos deveres assumidos pelos Estados diante a comunidade internacional. Segundo a autora, muitas organizações não governamentais publicam os planos de ações e as metas estabelecidas durante as negociações. Em 2010, a organização não governamental – Anistia Internacional⁵³ divulgou uma série de informes com o objetivo de garantir a legitimidade dos Direitos Humanos ao redor do globo. O documento engloba uma série de acusações aos Estados que violam direitos como: liberdade de expressão, integridade física e mental, direito a moradia e não discriminação de gênero. Segundo as pesquisas do referido documento, em 2010, o número de violência contra a mulher aumentou consideravelmente em países como México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Haiti. A discriminação contra mulher tornaram-se preocupações de diversos órgãos internacionais. A título de exemplo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, condenou o México por não investigar ou remediar o sequestro e abusos de mulheres que foram mortas em Chihuahua em 2001.

O documento apresentado pela Anistia Internacional, também reconhece ações positivas, onde o Estado mexicano aprovou legislação para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, porém, as pesquisas apontam que o progresso para a proteção da comunidade LGBT é lento, indicando que países como Honduras, Chile e Peru resistem à adoção de normas jurídicas pela não discriminação por orientação sexual. Neste sentido, se faz presente a ação tripartite, onde ONGs cooperam com instituições governamentais para a eficácia dos Direitos Humanos nos planos nacionais dos Estados.

Por outro lado, pode-se dizer que há controvérsias quanto à eficácia desse sistema de cooperação entre os atores internacionais, pois inexistente um espaço oficial

⁵¹ ZERBINI, Renato. EL rol de la sociedade civil organizada para el fortalecimiento de la protección de los derechos humanos en el siglo XXI: um enfoque especial sobre los DESC. Revista IIDH. Vol.51. PP 259.

⁵² EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). PUC SÃO PAULO. São Paulo PP41.

⁵³ Anistia Internacional. Informe anual 2010. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2010/05/472198.pdf>>. PP48-49. Acesso em 24 de out. 2014.

para o acompanhamento dos tratados e ainda, deve-se observar que as promessas assumidas pelos os Estados são acordadas apenas em discurso. Outro ponto destacado por Evangelista⁵⁴ é a presença de aspectos conservadores em determinados Estados, que podem simplesmente ignorar as mudanças propostas em tratados internacionais. Sendo assim, a sociedade civil global deve diariamente fiscalizar o andamento dos compromissos firmados e, o apoio e acompanhamento da sociedade civil global se destacam como um pilar essencial para o bom funcionamento de normas jurídicas de cunho global. Como coloca Zerbini⁵⁵ sobre a atuação da sociedade civil:

“La sociedade civil es hoy un actor clave de las relacionaes internacionales. Los Estados y lãs organizaciones internacionales no pueden darse el lujo de trazarla pauta de La comunidad internacional sin escuchar, elaborar planes comunes y desarrollar accionesen conjunto com La sociedad civil, sobre todo en temas que ya son del domínio público, como es el caso de lós derechos humanos.”

Partindo desta perspectiva, concluímos que a presença da sociedade civil global no sistema internacional é cada vez mais frequente e de extrema relevância. Como vimos neste capítulo, devido à geopolítica mais interligada da nova ordem mundial, a sociedade civil organizada atua em escalas ou com preocupações globais, onde passa a oferecer um espaço de participação para os indivíduos e suas organizações. Este, por sua vez apresentam soluções alternativas para a promoção de normas de cunho global em temas onde o Estado-nação não era mais suficiente, sendo capaz de encorajar as autoridades governamentais a solucionarem problemas sociais e avançar com novas agendas. Para Fonseca⁵⁶, enquanto os governos são impulsionados pela busca e manutenção do poder político e econômico, as organizações não governamentais retiram sua motivação de valores e compromissos éticos que transcendem particularismos e nacionalidades. Neste sentido, faz-se necessário tanger uma discussão histórica sobre o papel da sociedade civil organizada em conferências mundiais e fóruns de negociações para a promoção de direitos universais em razão da não discriminação por identidade sexual

⁵⁴ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP42

⁵⁵ ZERBINI, Renato. EL rol de la sociedade civil organizada para el fortalecimiento de la protección de lós derechos humanos en el siglo XXI: um enfoque especial sobre los DESC. Revista IIDH. Vol.51. PP 255.

⁵⁶ FONSECA, Fúlvio. — As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012. PP 100.

2- DIVERSIDADE SEXUAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O objetivo do presente capítulo é colocar em discussão a visibilidade da agenda LGBT nas relações internacionais, onde nota-se que no decorrer de um processo histórico a luta se trava em busca da não discriminação por orientação sexual. Nesse sentido, analisam-se passagens e contextos de épocas anteriores que deram origem ao ódio e opressão ante as minorias sexuais. Em seguida, busca-se analisar a contribuição do Direito Internacional de Direitos Humanos para o avanço do debate entre a comunidade LGBT e os atores internacionais. Neste processo, inclui-se a participação da sociedade civil global, que devido à presença de ONGs no sistema das Nações Unidas e movimentos sociais iniciados no começo da década de 70, exerceram pressões para garantir a dignidade da pessoa humana no cenário internacional, independente de cor, raça, etnia ou qualquer outra condição, incluindo o exercício pleno de ser quem é e amar quem ama.

2.1- A origem do preconceito

Como já mencionado, uma característica ligada ao trabalho das ONGs é disseminar e trocar informações ao redor do globo através dos novos meios de comunicações, isto impera no exercício de denunciar abusos e violências que sociedade civil sofre. Segundo dados disponibilizados pela All Out⁵⁷ (organização não governamental que luta por direitos LGBT), atualmente em 77 países ser gay é crime, em 10 países é motivo jurídico de pena de morte, a cada 36 horas um transgênero é assassinado e somente em 17 países permitem o casamento igualitário. Nota-se que na arena internacional muitos são os Estados e instituições conservadores que somam esforços para alimentar noções de ódio e preconceito ante as pessoas homossexuais. Cabe observar que tais aspectos não se fazem presentes somente na arena global dos dias de hoje a história revela que a intolerância se voltou à prática homossexual em séculos passados. Nesse sentido, o presente tópico busca investigar: Qual é a origem do preconceito? Porque ele existe? Onde surgiu? E, em quais estruturas organizacionais da sociedade que se constitui os discursos de ódio e opressão ante a comunidade LGBT?

⁵⁷ All Out – Disponível em:< <https://www.allout.org/pt/about> > Acesso em 28 de out. 2014.

Uma gama extensa de autores de distintos saberes se propõem a fazerem genealogias no tocante da sexualidade humana: sociólogos, psicólogos, juristas e entre outros campos acadêmicos que se utilizam das análises de Michael Foucault como modelo para expandir dimensões científicas no que tange o tema da sexualidade humana. A relevância dos estudos desenvolvidos por Foucault⁵⁸ reside em um conjunto de obras, dentre estas “História da sexualidade I – A vontade do saber”, na qual o autor analisa a construção social da sexualidade em determinadas épocas e culturas. Assim sendo, as pesquisas baseadas na obra referida serão utilizados como meio referencial de análise.

Segundo Vieira⁵⁹, para Foucault o interesse, de descobrimento e “como” a sexualidade humana era vivida dependiam do contexto histórico atribuído. O autor aponta que, segundo Foucault, a postura com que as pessoas se colocavam em relação às normativas sexuais se transformava ao longo dos anos, isto é, as expressões e comportamentos dos homens em relação às normativas sexuais acompanhavam mudanças das tradições de uma sociedade para outra. Sendo assim, pode-se dizer que a sexualidade humana é construída socialmente, rejeitando a ideia de que o sexo é uma simples função biológica, e ainda cabe observar, que nesse processo os olhares ante a prática homoerótica se modificavam com o passar dos anos.

Assim sendo, busca-se analisar como determinadas culturas de distintos períodos históricos reagem em relação às identidades sexuais. Primeiramente, deve-se ter em mente que a prática homossexual é muito antiga, estando presente em todas as etapas históricas da vida humana. Segundo Trevisan⁶⁰: “em uma visão histórica abrangente, a prática homossexual confirma-se como uma oscilação reiterada entre o fascínio e a repulsa, a prática casacratória e a condenação.”. Silva Junior⁶¹ destaca que em civilizações primitivas, anterior à era cristã, era comum a cultura de adoração aos Deuses, onde no momento do ritual permitia-se o contato íntimo entre indivíduos do

⁵⁸ FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. PP17.

⁵⁹ VIEIRA, Diego Santos. O mundo fora do armário: teoria queer e Relações Internacionais. Publicado em: Universitas Relações Internacionais UNICEUB, 2014. PP52.

⁶⁰ TREVISAN, 1997. PP 47. APUD. JUNIOR, Enézio de Deus Silva. Homossexualidade: Caracterização, panorama histórico, evolução terminológica e direito fundamental. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012. PP124.

⁶¹ JUNIOR, Enézio de Deus Silva. Homossexualidade: Caracterização, panorama histórico, evolução terminológica e direito fundamental. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012. PP124 e 125.

mesmo sexo como forma positiva à adoração. Em relação à história da sexualidade humana, Correia⁶² destaca:

“era conhecida e praticada pelos romanos, egípcios, gregos e assírios. Entre outros povos, chegou a ser relacionada à religião e à carreira militar (...). Todavia foi entre os gregos que a homossexualidade tomou maior feição, pois, além de representar aspectos religiosos e militares (...) também lhe atribuíam características como a intelectualidade, estética corporal e ética”.

Michael Foucault⁶³ demonstra que a Idade Média se apresenta como uma fase da história importante para compreender as constantes transformações sociais em relação à sexualidade. Foucault analisa que a família era formada por um casal procriador, ou seja, um homem, uma mulher e filhos. Esta estrutura familiar passou a impor-se como modelo e a ditar às normas comportamentais da sociedade. Segundo o autor⁶⁴, a igreja teve grande fluência neste processo, onde: “até o final do século XVIII, três grandes códigos explícitos (...) regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil.”.

Sobre o surgimento da intolerância diante ao homossexualismo, Francisco Ortega⁶⁵ destaca que a partir da segunda metade do século XII, as normas eclesiásticas emanaram na sociedade receios ante aos grupos minoritários que não seguiam os moldes da igreja. De acordo com o autor⁶⁶:

“A diferença, o aberto, o inesperado produz medo – medo diante do novo e desconhecido. Em uma sociedade voltada para uniformidade, à existência de grupos sociais fora do controle só pode provocar temor e desconfiança, grupos que operam em segredo, possuidores de uma posição incerta, capazes de ameaçar o status quo.”

Devemos ter em mente que neste período apenas começavam a constituir as estruturas do Estado-nação. Segundo Ortega com o estabelecimento do governo absoluto a sociedade passou a compor valores e costumes generalizados, e como consequência ampliou-se o espaço para intolerância diante a elementos sociais considerados “diferentes”. Vivia-se então, uma época pautada na crescente padronização de regras sociais. Para o autor, esta sede da população pela uniformidade

⁶² CORREIA apud BRITO, 2000, p 46-47. BRITO, Fernanda de Almeida. União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos. São Paulo: LTr, 2000.

⁶³ FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. PP9

⁶⁴ FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

⁶⁵ ORTEGA, Francisco. Genealogias da amizade. São Paulo, 2002. PP 88.

⁶⁶ ORTEGA, Francisco. Genealogias da amizade. São Paulo, 2002. PP 89.

contribui tanto para o fortalecimento das estruturas organizacionais do próprio Estado como também para o empoderamento das normas eclesiásticas. Os grupos minoritários incompreendidos, como judeus, outras vertentes religiosas e até mesmo as pessoas gays eram consideradas grupos sociais clandestinos que ameaçam o bom funcionamento dos ordenamentos governamentais e eclesiásticos ao negarem a existência dos códigos impostos.

Anthony Giddens⁶⁷ destaca alguns pontos importantes sobre a referida obra de Foucault, onde revela que o tema sobre sexualidade humana passa a ganhar visibilidade no final do sec. XIX através de estudos e registros da ciência psiquiatria e médica. Trata-se de um período de controle sobre o comportamento humano impostos por estes saberes. Segundo Giddens, surgem catálogos médicos para classificar as condutas sexuais, onde era possível categorizar o que era considerado digno e não digno. A sexualidade feminina ficou classificada como “desvio de histeria”; e a descoberta da sexualidade em crianças ficou categorizada como atos “contrários à natureza”; O autor⁶⁸ demonstra que, para Foucault, os Estados modernos e instituições modernas precisavam controlar a ordem social através do espaço e tempo, onde tal controle pode ser observado na busca por ajustar as aptidões do corpo humano.

Muitos são os momentos históricos, onde podemos identificar o desenvolvimento de normativas jurídicas e médicas a fim de categorizar os atos homossexuais, onde cabe aqui fazer uma breve discussão sobre o desenvolvimento destes estudos. Durante a Segunda Guerra Mundial, vivia-se no sistema internacional conflitos armados e tensões provocadas por grandes potências mundiais, em destaque, o Estado Alemão. Nesse período, é possível identificar um momento intenso de repressão ante os grupos de minorias sociais. Toni Reis⁶⁹ destaca que, o partido nazista utilizou do aparato jurídico, especificamente, através do parágrafo 175 do código penal de 1871, para criminalizar a homossexualidade. Segundo o autor, com a consolidação do partido nazista, assim como os judeus, minorias sexuais eram obrigadas a usar símbolos de identificação, onde os homens gays deveriam utilizar emblemas com triângulo cor-de-

⁶⁷ GIDDENS, Anthony. A Transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas, São Paulo, 1993.

⁶⁸ GIDDENS, Anthony. Transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas, São Paulo, 1993. PP31.

⁶⁹ REIS, Toni. Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012. PP 55.

rosa e as mulheres lésbicas o triângulo negro. Toni Reis⁷⁰ destaca que através do relato de alguns sobreviventes, os homossexuais também foram vítimas do holocausto, onde judeus e grupos religiosos foram torturados em campos de concentração até a morte.

Em relação à medicina psiquiátrica Russo⁷¹, destaca que desde 1846 já existiam estudos científicos em relação à patologização da sexualidade, colocando em julgamento práticas sexuais consideradas lícitas ou ilícitas. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), coordenado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) tem como função normalizar e classificar doenças psiquiátricas. Trata-se de uma espécie de “bíblia da psiquiatria”, onde as considerações a respeito de desvios mentais passaram a ser difundidas como modelo ao redor do globo. Atualmente o DSM segue em sua quinta edição, sendo que a primeira publicação foi em 1952.

Segundo a autora⁷², no DSM I a homossexualidade ficou caracterizada como um “desvio sexual” presente nos mesmos grupos que necrofilia, pedofilia e zoofilia, sendo visto como um mal a ser curado. Em meados dos anos 70, começou-se a discutir a publicação do DSM III. Devido pressões de plataformas ativistas do movimento gay, do qual discutiremos mais adiante neste trabalho, percebeu-se uma modernização na nomenclatura do manual, sendo incorporado ao longo do texto o uso de termos utilizados por discursos feministas, entre estes, “identidade de gênero”. Além disso, notam-se avanços quanto à substituição do termo “Desvio Sexual” para “Transtornos Psicosssexuais”. Autora aponta que com a publicação do DSM III em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retira a homossexualidade dos códigos médicos, onde deixa de ser considerada doença mental nas ciências da saúde. No entanto, até a segunda década do século XXI, muitas propostas se apresentaram para tratamentos clínicos coercitivos a fim de curar as identidades de pessoas transexuais.

Partindo da perspectiva de Foucault e de outros autores apresentados neste tópico, permite-se compreender que no decorrer do processo histórico, a construção do debate acerca da sexualidade humana é um campo fluido, isto é, acompanha as

⁷⁰ REIS, Toni. Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012. PP56.

⁷¹ RUSSO, Jane. A sexualidade no DSM III. PP.1 Disponível em: <http://www.ciudadaniasexual.org/Reunion/M6_Russo.pdf>. Acesso em 31 out. 2014.

⁷² RUSSO, Jane. A sexualidade no DSM III. PP.3 Disponível em: <http://www.ciudadaniasexual.org/Reunion/M6_Russo.pdf>. Acesso em 31 out. 2014.

mudanças entre uma civilização e outra. Nota-se que devido à chegada da Era Cristã e a constituição do Estado-nação, incitou-se a criação de estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos e como consequência gerou “novos olhares” ante as pessoas homossexuais. Com o avançar dos séculos, códigos eclesiásticos, saberes médicos e jurídicos trilharam sob a perspectiva de que o amor homossexual era doentio e sua prática passível de pena de morte. Vale ressaltar que tais saberes médicos e jurídicos seguiam os ditames dos códigos eclesiásticos estabelecidos pela alta hierarquia cristã.

A tentativa de padronizar a sexualidade humana impera no exercício de manter o controle sobre o comportamento humano, abrindo espaço para discriminação e violência, sendo este o grande adversário dos movimentos LGBT. Pode-se dizer que quando Estados e as estruturais sócias impõem normas de orientação sexual mediante as legislações e manuais médicos, exercem controle sob as relações pessoais dos indivíduos, onde o policiamento da sexualidade se torna uma poderosa arma para a violência ante as identidades sexuais. Somente depois do surgimento dos Direitos Humanos que a comunidade internacional apresentou razoável tolerância para as questões sobre discriminação de gênero. Neste sentido, o próximo tópico revela a importância do surgimento de princípios em prol da dignidade humana.

2.2- A contribuição das Nações Unidas para evolução dos Direitos Humanos

Neste tópico busca-se trazer à tona a concepção dos direitos humanos como defensor da dignidade humana e, também, destacar a edificação da ONU como uma organização internacional capaz de promover ambiente democrático de debates e discussões políticas e globais para o desenvolvimento do Direito Internacional de Direitos Humanos. Cabe aqui uma observação, a luta pelos direitos da comunidade LGBT fazem parte das “novas agendas” internacionais. Sendo assim, somente a partir da segunda década do século XXI que os direitos em prol a não discriminação por orientação enquadrou-se como tema nas agendas das Nações Unidas.

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) foi criada em 10 de junho de 1949. Trata-se de código internacional em respeito à dignidade humana, as palavras de abertura da declaração instauram ao redor do globo a promessa de um

mundo onde todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem exceções.⁷³ Com o estabelecimento do referido código, passou a ser proibido o trato desumano, onde os Estados não poderiam mais deixar de lado os interesses e bem-estar da população. Sendo assim, as autoridades governamentais assumiram novos compromissos como: direito à vida, à liberdade de expressão, à moradia digna, à alimentação e entre outros⁷⁴. Como coloca Kofi Annan⁷⁵:

“Nenhuma sociedade pode se desenvolver sem paz e segurança. Nenhum Estado pode estar seguro se sua população está condenada à pobreza, sem esperança. E nenhuma Nação pode estar segura ou próspera se os direitos fundamentais de seus cidadãos não estiverem protegidos.”.

É importante destacar a origem das Nações Unidas neste processo. Criada no final da segunda grande guerra em 26 de abril de 1945, as Nações Unidas estabelecem obrigações e deveres que devem ser seguidos pelos Estados-membros através da Carta de São Francisco. Segundo o Preâmbulo da Carta da ONU⁷⁶, os valores da instituição norteiam a ideia de: “reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano (...)”. Dessa forma, cabe analisar que a presença das Nações Unidas na arena internacional, resultou no forte avanço para a promoção da qualidade de vida social da humanidade, ao passo em que os Estados-membros se comprometem a promover em cooperação com a ONU o respeito universal dos direitos humanos.

Zerbini⁷⁷ destaca que a formação do Conselho de Segurança da ONU estava vinculada às ideologias de países vencedores da guerra, sendo estes, a URSS, Estados Unidos, China, França e Inglaterra. As discussões políticas e diplomáticas a respeito dos Direitos Humanos no seio da ONU encontraram algumas barreiras pela diferença ideológicas existentes entre as cinco grandes potências. Logo, em meio a este cenário foram aprovados dois documentos, o já mencionado DUDH e Pactos Internacionais de Direitos Civis Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, onde ambos passaram a compor Carta Internacional de Direitos Humanos.

⁷³ ARTIGO 1. Declaração Universal de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 31 out. 2014.

⁷⁴ ZEBINI, Renato - Os Direitos Humanos Desafiando o Século XXI. Brasília. 2010.

⁷⁵ Ex-Secretário Geral da ONU, durante seu discurso na sessão inaugural do Conselho de Direitos Humanos, “The Secretary General Address to the Human Rights Council”, em 19 de junho de 2006. APUD: NADER, Lucia – O Papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

⁷⁶ Preâmbulo da Carta das Nações Unidas. Disponível em: http://www.onu.org.br/docs/carta_da_onu.pdf Acesso em 31 out. 2014.

⁷⁷ ZERBINI, Renato - Os Direitos Humanos Desafiando o Século XXI. Brasília. 2010.

Assim sendo, com a consolidação do aparato normativo em proteção aos direitos dos homens no âmbito das Nações Unidas, muitos tratados internacionais foram firmados seguindo as premissas básicas dos direitos humanos, sendo estas: universalidade, não discriminação e complementaridade. Tais princípios, por sua excelência buscam alcançar o respeito e a proteção da dignidade humana independentemente de cor, raça, nacionalidade, religião ou qualquer distinção.⁷⁸ Segundo Souza⁷⁹, apesar de receber críticas quanto à definição de seu alcance e legitimidade, o princípio da “universalidade” configura um pilar importante para a consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Trata-se de padrões mínimos de comportamento visando o respeito e a proteção humana na luta contra qualquer forma de opressão. O autor aponta que os Estados nesse processo devem adotar as normativas de direitos humanos independentemente de seus arranjos internos políticos, sociais, econômicos e culturais. Em relação às obrigações dos Estados quanto ao cumprimento de tratados em prol aos direitos humanos, Cançado Trindade⁸⁰ afirma: “De tudo isso se depreende uma nova visão das relações entre o poder público e o ser humano, que se resume, em última análise, no reconhecimento de que o Estado existe para o ser humano, e não vice-versa”.

Observa-se que, em decorrência a formalização de códigos internacionais em benefício aos direitos dos homens, os indivíduos passaram a ocupar com maior autonomia a posição de sujeitos de direito internacional público. Com suas próprias palavras o Zerbini⁸¹ coloca:

“(...) Os Estados, as Organizações Internacionais e os Indivíduos. Isto é, os Estados, mediante a celebração de um tratado internacional, criam as Organizações Internacionais, em cujo seno e à luz do patrocínio dos Estados, facilitam o surgimento dos tratados internacionais de direitos humanos, dos quais emergem o indivíduo como um sujeito de DIP, capaz de demandar seus Estados por violação a uma das normas de um tratado internacional de direitos humanos.”

Assim sendo, com o avançar dos anos, o sistema internacional desenvolveu novas dinâmicas e debates intergovernamentais, dos quais incluem em discursos e metas, preocupações relacionadas à dignidade e proteção da pessoa humana. Segundo

⁷⁸ ONU: Disponível em <http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/>

⁷⁹ SOUZA, Washington. O princípio da Universalidade no Direito Internacional dos Direitos Humanos: Visita à Obra de Consolidação de Antonio Augusto Cançado Trindade. 2005. PP69.

⁸⁰ Tratado, Vol II, p 187. In: SOUZA, Washington. O princípio da Universalidade no Direito Internacional dos Direitos Humanos: Visita à Obra de Consolidação de Antonio Augusto Cançado Trindade. 2005.

⁸¹ ZERBINI, Renato. Os Direitos Humanos Desafiando o Século XXI. Brasília. 2010.

documentos disponibilizados pela ONU⁸², os encontros internacionais sobre “Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio” (1948), e “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres” (1979); foram essenciais para a expansão substancial dos direitos humanos na comunidade internacional, onde no âmbito das negociações os atores estabelecem mecanismos explícitos para lidar com as violações dos direitos humanos. A primeira referida convenção definiu o genocídio como um crime contrário as normas de Direito Internacional. Já a segunda buscou promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres. As declarações internacionais definem e constitui uma série de artigos, onde os Estados, por sua vez, ao firmarem acordos nas Convenções, comprometem-se em realizar medidas no plano nacional quanto às temáticas abordadas. O material acordado torna-se princípios básicos da Organização das Nações Unidas, que estabelece um ambiente de cooperação internacional para promoção destes direitos ao redor do globo.

Cabe ressaltar aqui o papel do nosso objeto de estudo, onde as ONGs possuem a tarefa de monitorar o posicionamento dos Estados e aproximar as demandas da sociedade civil aos encontros internacionais de direitos humanos⁸³. Porém, como já mencionado no primeiro capítulo o exercício pleno da sociedade civil organizada no âmbito das convenções mundiais dá-se a partir do começo do século XXI.⁸⁴ No sistema das Nações Unidas às organizações não governamentais possuem caráter consultivo, onde o ECOSOC é encarregado por sua regulamentação. Segundo o artigo 71 da Carta da ONU⁸⁵:

“O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso.”

O ECOSOC é o órgão das Nações Unidas responsável por coordenar e discutir questões econômicas e sociais ao redor do globo. Trabalha para identificar problemas

⁸² ONU Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos/>> Acesso em: 30 out. 2014.

⁸³ NADER, Lucia. - O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo7.php?artigo=7,port,artigo_nader.htm>

⁸⁴ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 39.

⁸⁵ Carta da ONU. Disponível em < http://www.onu.org.br/docs/carta_da_onu.pdf> Acesso em 31 out. 2014.

econômicos e sociais e melhorar as condições de vida humana ao redor do globo. Para tanto, o órgão coordena ações de 14 agências especializadas, fomenta fóruns de discussões para disseminar informações e boas práticas. Conforme descrito acima, o conselho autoriza a participação das ONGs no âmbito de discussão. Apesar de não possuir o direito de voto, a presença das ONGs é fundamental para contrapor argumentos conservadores impostos por Estados-membro. Atualmente o ECOSOC possui mais de 2.100 ONGs cadastradas. Jorge Lasmar⁸⁶ comenta que as ONGs são enquadradas dentro de três categorias:

- a *Categoria A* é composta daquelas entidade que possuem interesses ligados à maioria das atividades do Conselho Econômico e Social e têm direito de enviar representantes e apresentar comunicações ao Conselho e suas Comissões, além de fazer declarações e incluir temas provisórios na agenda do Conselho.
- A *Categoria B* é formada por aquelas organizações não governamentais que se interessam apenas por alguns aspectos do Conselho, podendo apresentar declarações escritas e fazer declarações perante o Comitê de Organizações Não Governamentais e perante as Comissões.
- Finalmente, as entidades pertencentes à *Categoria C* contribuem para as atividades do Conselho por meio de consultas que lhe são dirigidas.

Para Lasmar, as Comissões Funcionais do ECOSOC compõe um conjunto de comissões que ajudam o órgão em suas funções. Nesse processo, é interessante destacar o papel da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A comissão era responsável por responder variadas demandas, elaborando padrões de condutas para dar direcionamento às ações dos Estados no que tange o desenvolvimento das normas de Direitos Humanos. Em 2006 a comissão foi substituída pelo Conselho de Direitos Humanos, que também tem como finalidade aconselhar e adotar resoluções contra países no que tange à violação dos direitos humanos, no entanto o conselho pode utilizar dos mecanismos da Revisão Periódica Universal para avaliar a situação de direitos humanos em todos os Estados-membros da ONU.⁸⁷ Conforme será discutido no próximo capítulo, tanto a Comissão quanto Conselho de Direitos Humanos tornaram-se mecanismos de defesa importante para a comunidade LGBT.

Assim sendo, pode-se dizer a presença da ONU na arena internacional é um instrumento importante para desenvolver o reconhecimento internacional da não discriminação e da igualdade, onde estabelecem um ambiente de discussões para a

⁸⁶ LASMAR, Jorge Mascarenhas. Coleção para entender: A organização das Nações Unidas. Belo Horizonte, 2006. PP 53-55.

⁸⁷ SINUS. Guia de estudos. Conselho de Direitos Humanos. 2014.

promoção do Direito Internacional de Direitos Humanos. A presença da sociedade civil global, neste processo, impera na atuação de ONGs com status consultivo, podendo assim, cooperar com diversas entidades, indivíduos e Estados para equilibrar as falhas dos governos e de instituições ao passo que apresentam contrapontos e denunciam as injustiças sociais presentes ao redor do globo.

2.3- Agenda LGBT em uma perspectiva de Direitos Humanos

Desde surgimento das Nações Unidas e até meados dos anos 2000, o elo entre direitos humanos e comunidade LGBT caracterizou-se por uma passagem histórica restrita e limitada, onde questões ligadas a não discriminação por orientação sexual eram até então pouco discutidas. Por outro lado, no decorrer dos anos 90, muito se avançou em relação à saúde reprodutiva e proteção da mulher. Segundo Sheill⁸⁸, a pauta sobre direitos das mulheres no âmbito das Nações Unidas se trava em torno dos chamados “direitos reprodutivos e sexuais”, trata-se da saúde reprodutiva das mulheres e da igualdade entre os gêneros. A autora⁸⁹ observa que até o fim do século XX, os tratados internacionais existentes não abordavam a temática de forma explícita e esclarecedora, em muitas ocasiões os direitos sexuais eram associados a: “direito à vida (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 6); direito à liberdade e segurança da pessoa (idem, artigo 9.1); direito à saúde (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 12);”.

A luta para enquadrar questões de direitos sexuais nos parâmetros do Direito Internacional de Direitos Humanos iniciou na Conferência Internacional de Viena (1993), onde pela primeira vez as mulheres demandaram o sistema mundial como sujeitos de direito internacional, sendo reconhecido como um ato de violação de direitos humanos a agressão de seus corpos.⁹⁰ Como já mencionado no primeiro capítulo, a Conferência de Viena teve a participação de duas mil ONGs, e o material acordado

⁸⁸ SHEILL, Kate. Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as nações unidas? Publicado: Questões de Sexualidade, Ensaios Transculturais. Organizadoras: Cornwall, Andrea e Jolly, Susie. Rio de Janeiro, 2008. PP92

⁸⁹ SHEILL, Kate. Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as nações unidas? Publicado: Questões de Sexualidade, Ensaios Transculturais. Organizadoras: Cornwall, Andrea e Jolly, Susie. Rio de Janeiro, 2008. PP 93

⁹⁰ GREIG, Alan. Sexo e os direitos do homem. PP 167. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/questoesdesexualidade.pdf>> Acesso em 31 out. 2014.

serviu como base para as discussões futuras e significantes conquistas políticas estabelecidas na Conferência de Pequim (1995).

As declarações produzidas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995) destacam-se pelo elevado número de eventos paralelos organizados por ONGs, contanto com a presença de 300.000 destas. Evangelista⁹¹ aponta que a participação da sociedade civil global na Conferência de Pequim, atraiu os olhares da mídia e os Estados passaram a discutir de maneira pública algumas questões deixadas de lado anteriormente. Nesse sentido, colocou em debate pela primeira vez a definição “direitos sexuais” de maneira visível⁹²:

“Os direitos humanos das mulheres incluem o direito a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, à saúde sexual e à saúde reprodutiva, de decidir livremente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência...” (Parágrafo 96).

Segundo Sheill⁹³, a luta da sociedade civil global para a garantia de “direitos sexuais”, ocorre em função de desafiar normas e padrões de comportamentos sexuais. Tais desafios se impõem como pilares essenciais para alcançar a igualdade e justiça entre os gêneros. Cabe aqui uma observação, os debates sobre direitos sexuais foram importantes para a comunidade LGBT, pois a temática ganhou visibilidade e maiores possibilidades de barganhas ao passo que romperam com padrões de comportamentos sociais ligados a sexualidade humana. Mas, vale ressaltar, que até então, palavras como “identidade de gênero” e “orientação sexual” eram raramente pronunciadas nos encontros mundiais das Nações Unidas.

Segundo Kate Sheill, em 2005, após 10 anos da Conferência Mundial sobre a Mulher, foi realizado a revisão da Plataforma de Pequim pela Comissão sobre o Status da Mulher. Estados-membros como Nova Zelândia, Canadá, União Europeia apoiaram o direito das mulheres controlarem sua sexualidade. Outro avanço importante destacado pela autora em relação aos direitos sexuais deve-se a “61ª sessão da Comissão de

⁹¹ EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. PP 41.

⁹² Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. Disponível em: < http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf >.

⁹³ SHEILL, Kate - os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as nações unidas? Publicado: Questões de Sexualidade, Ensaios Transculturais. Organizadoras: Cornwall, Andrea e Jolly, Susie. Rio de Janeiro, 2008. PP92-93.

Direitos Humanos”, onde foram discutidas seis grandes resoluções, sendo estas: “acesso a medicamentos; direito à saúde; direito à educação; HIV/AIDS; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; e violência contra as mulheres”.⁹⁴ Cabe aqui analisar, que os esforços intergovernamentais para a eficácia de direitos sexuais vieram à tona ao longo dos anos 2000, onde a comunidade internacional passou a reconhecer autonomia das mulheres em relação a seus corpos com a adoção de medidas de controle de reprodução. Além disso, segundo a autora, a promoção dos direitos sexuais reprodutivos representou grande avanço para o controle de epidemias como HIV e na luta pela diminuição da pobreza na sociedade contemporânea.

Por outro lado, devemos ter em mente que existe a presença de forças opressoras que se posicionam como um obstáculo em benefício aos direitos sexuais. Segundo Sheill⁹⁵, Estados conservadores somam esforços com grupos organizados e instituições para diminuir o avanço da agenda, além disso, tendem a rejeitar os compromissos estabelecidos nas convenções. A título de exemplo, na Conferência Pequim+10, a organização sediada nos EUA, “Instituto Católico para a Família e os Direitos Humanos” formou alianças com outros atores internacionais a fim de contestar novos direitos sexuais colocados em pauta, entre estes, negou-se o direito ao aborto. Nesse sentido, cabe analisar que estas barreiras conservadoras se estendem as discussões ante a comunidade LGBT. Segundo a autora, em 2003 o Estado brasileiro apresentou a Comissão de Direitos Humanos da ONU, resolução que incluiria a pauta menções sobre identidade de gênero. Porém, reação de grupos opositores foi tão marcante que se questionou o princípio da universalidade.

A resistência dos Estados conservadores para o não reconhecimento da gravidade do problema ante a comunidade LGBT despertou preocupações em determinadas instâncias das Nações Unidas, principalmente no que se refere à quebra do princípio da não discriminação regida pelos Direitos Humanos. Segundo Coman⁹⁶,

⁹⁴ SHEILL, Kate. Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as nações unidas? Publicado: Questões de Sexualidade, Ensaios Transculturais. Organizadoras: Cornwall, Andrea e Jolly, Susie. Rio de Janeiro, 2008. 93

⁹⁵ SHEILL, Kate. Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as nações unidas? Publicado: Questões de Sexualidade, Ensaios Transculturais. Organizadoras: Cornwall, Andrea e Jolly, Susie. Rio de Janeiro, 2008. PP 94.

⁹⁶ COMAN, Adrian. Orientação Sexual e Direitos Humanos. 2003. Disponível em:

diariamente direitos que são garantidos ao restante da população são negados ante a comunidade homossexual, como por exemplo, nega-se:

“a) o direito à vida, em Estados onde há pena de morte aos homossexuais; b) o direito de ir e vir, negado a casais homossexuais binacionais por não reconhecer sua relação; c) direito à privacidade, onde a prática homossexual é proibida mesmo entre adultos com consentimento; d) o direito de formar uma família, pelo direito muitas vezes negado aos homossexuais de adoção de uma criança e de casamento”.

No entanto, a partir da segunda década dos anos 2000, à luz do princípio da universalidade dos Direitos Humanos, nota-se que determinadas instancias da ONU apresentam preocupações em relação à problemática na comunidade LGBT. O Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ECOSOC)⁹⁷, apresentou-se como um grande mentor para este avanço, onde no decorrer dos anos, inseriu em seus discursos uma série de orientações jurídicas para os Estados em busca de combater as discriminações por orientação sexual:

- “O Pacto (sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) proíbe qualquer discriminação no acesso e na manutenção do emprego em função da... orientação sexual”. Comentário Geral No. 18 de 2005;
- “Estados partes (do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) devem assegurar que a orientação sexual de uma pessoa não seja uma barreira para a realização dos direitos do Pacto... Além disso, a identidade de gênero é reconhecida dentre as formas proibidas de discriminação” – Comentário Geral No. 20 de 2009.

Em 2005, criou-se o Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde concedeu as ONGs status consultivo equivalente ao do ECOSOC. Em 2011, o conselho aprovou a primeira resolução sobre orientação sexual e identidade de gênero. O texto da resolução 17/19⁹⁸, foi apresentado pela África do Sul, sendo aprovada por uma margem pequena de Estados, com 23 votos a favor e 19 contra. Países como Paquistão, Arábia Saudita e Bangladesh rejeitaram fortemente a iniciativa. Por outro lado, a resolução abriu espaço para o primeiro relatório oficial das Nações Unidas sobre o assunto, onde proíbe a discriminação e violência aos homossexuais e atribui aos Estados obrigações legais para o respeito e garantia dos Direitos Humanos de pessoas LGBT.

<www.hrea.org/index.php?doc_id=701#instruments>. APUD. Diego Bielinski, Caíque Borges, César Macêdo, Lays Cáceres - Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: O combate à discriminação e a luta por direitos. Acesso em 22 out. 2014.

⁹⁷ The United Nations Speaks Out. Combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero. Disponível em: <http://www.onu.org.br/docs/discriminacao-onu-pt_br.pdf>.

⁹⁸ RESOLUÇÃO 17/19 Disponível em: <<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/HRC-Res-17-191.pdf>> Acesso em 22 out. 2014

A iniciativa contou com a presença do representante da ONG Anistia internacional, Peter Splinter, onde antes da votação declarou que: "resolução histórica será muito importante para as lésbicas, os gays, os bissexuais e os transgêneros na luta pelo pleno reconhecimento de seus direitos". A resolução iniciou formalmente o diálogo entre comunidade internacional e pessoas LGBT, onde expressa:

“(...) gran preocupación por los actos de violencia y discriminación que, en todas las regiones del mundo, se cometen contra personas por su orientación sexual e identidad de género. Acogiendo con beneplácito los positivos avances a nivel internacional, regional y nacional en la lucha contra la violencia y la discriminación por motivos de orientación sexual e identidad de género.”

Uma vez que os direitos LGBT são incorporados nos parâmetros dos Direitos Humanos, são também universais. Ou seja, deveriam ser acolhidos por todos Estados-membros das Nações Unidas, comprometendo-se a garantia destes direitos com referência central o conjunto de normas da Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁹⁹ Assim sendo, as preocupações ante a comunidade LGBT começaram a ser expressas com certa frequência nos mecanismos de direitos humanos da ONU. Cabe aqui uma observação, a luta para estabelecer aparatos jurídicos em benefício a não discriminação da comunidade LGBT depende do compromisso e esforço em conjunto entre ONGs, Estados e Organizações Internacionais. Isto é, o reconhecimento da gravidade do problema deve partir de uma ação tripartite, onde todos os atores internacionais devem somar esforços para que princípios da não discriminação e da igualdade sejam plenos, universais e capazes de se inserir como realidade na vida de milhões de pessoas LGBT ao redor do globo.

2.4- Origem e evolução do ativismo LGBT

Como já mencionado anteriormente, a crescente intolerância ante a comunidade LGBT abre espaço para atitudes homofóbicas, as quais, combinadas à falta de proteção jurídica, expõem muitas pessoas LGBT de diferentes regiões do mundo à violação dos direitos humanos. Os gays, as lésbicas, os bissexuais e os transexuais são, diariamente, discriminados no ambiente de trabalho, nas escolas e nas ruas, onde muitas das vezes

⁹⁹ BIELINKI, Diego; BORGES, Caíque, MACÊDO, César; CARES, lays;. Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: O combate à discriminação e a luta por direitos. Disponível em:< <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/07-SoCHum.pdf> > Acesso em 22 out. 2014.

são agredidas, torturadas e mortas. No final dos anos 60, as reivindicações por direitos sociais despertaram a vontade do indivíduo de agir em conjunto, de forma a emergir, ao redor do globo, movimentos sociais contra a não discriminação de gênero, de raça e de orientação sexual. No início da década de 70, portanto, surgiu uma cultura de protesto, onde o ativismo LGBT passou a estabelecer redes e trocar informações com ONGs e outras instituições da sociedade civil organizada.

Na noite de 28 de junho de 1969, iniciou o movimento social LGBT. Segundo Toni Reis¹⁰⁰, o marco do movimento correu devido a um conflito entre policiais e um grupo de clientes que estavam em bar chamado Stonewall na cidade de Nova York. O bar era frequentado por pessoas gays e alvo de frequentes rondas policiais, onde as pessoas que ali estavam eram diariamente expostas, sendo vítimas de espancamentos e torturas. Porém, na mencionada de 1969, a rotina de humilhação por parte dos policiais acabou em conflito, pois um grupo de clientes se revoltou e assim deu início ao embate que perdurou por mais três noites. Esta data ficou conhecida como a “Rebelião de Stonewall” e em homenagem ao ocorrido, após um ano, manifestantes foram às ruas novamente para celebrar o até então desconhecido “Dia do Orgulho Gay”.

Conforme descrito neste trabalho, o contexto histórico do início da década de 70, é um momento em que determinados grupos sociais se revoltam contra as normas e comportamentos da sociedade. Para Castells¹⁰¹, as reivindicações dos movimentos pela não discriminação buscam questionar as estruturas da família patriarcal. O autor aponta que, nesta estrutura social, o homem exerce autonomia e poder sobre a mulher e filhos. A autoridade do homem é legitimada quando passa a alcançar outras estruturas organizacionais da sociedade, por exemplo, como o modo de produção, de consumo e de cultura. Segundo o autor, a família patriarcal começou a ser questionada a partir de uma série de transformações e processos no mundo como um todo, devido ao crescimento da economia informacional global, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a evolução da medicina, no que diz respeito ao surgimento da pílula anticoncepcional. Neste sentido, o movimento LGBT se tornou um aliado de protestos contra a violência doméstica e da luta pela igualdade de gênero entre homens e

¹⁰⁰ REIS, Toni. Avanços e desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012. PP54

¹⁰¹ CASTELLS, Manuel – O Poder da Identidade – São Paulo – Paz e Terra, 1999. PP 169.

mulheres. Sendo assim, pode se dizer que se trata de uma luta coletiva contra a não discriminação.

De fato, o patriarcalismo se impõe como um fator que organiza a sociedade e as estruturas da família. Neste contexto, Vieira¹⁰² destaca o surgimento do conceito de “heteronormatividade”, que são obrigações sociais baseadas nas relações heterossexuais como a natural e adequada. Isto alcança as normativas comportamentais da sociedade, onde homens e mulheres devem se enquadrar suas condutas de acordo com seu gênero, oprimindo, assim, a identidade sexual de pessoas homossexuais. Nesse sentido, desde o surgimento do *Dia do Orgulho Gay*, todos os anos pessoas se organizam ao redor do globo em busca da diversidade e de direitos civis, onde realizam protestos contra a homofobia e desafiam os ditames da heteronormatividade.

Portanto, desde 1969 até os dias de hoje, o episódio que marcou o início do movimento LGBT leva às ruas pessoas heterossexuais, lésbicas, gays, trans para levantarem suas bandeiras e manifestarem publicamente o orgulho de suas identidades, incluindo suas formas de se vestir e de se expressar. Neste ano, em comemoração aos 45 anos da revolta de Stonewall, a ONG - Anistia Internacional¹⁰³ organizou, no Rio de Janeiro, a marcha do Orgulho LGBT, onde pessoas levantaram bandeiras como “Direitos humanos são nosso orgulho” e divulgaram mensagens de direitos sexuais e reprodutivos por meio da campanha “Amar é um direito humano”.

O dia internacional do Orgulho Gay mostrou a capacidade de organização da comunidade LGBT na luta contra a não discriminação por orientação sexual. Outro exemplo de plataformas ativistas da comunidade LGBT é a campanha *Stop Trans Pathologization -2012 (STP)*, estabelecida com o objetivo de retirar as pessoas trans dos catálogos de doenças do já mencionado Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Através da divulgação internacional, em 2013 mais de 370 grupos da sociedade civil e redes de ativismo ao redor do globo aderiram à campanha STP.¹⁰⁴ Segundo a plataforma, a transexualidade é considerada no DSM-IV um “transtorno de identidade sexual”. Para a campanha, a busca pelo controle e

¹⁰² VIEIRA, Diego Santos. O mundo fora do armário: teoria queer e Relações Internacionais. Universitas Relações Internacionais/ Centro Universitário de Brasília, FAJS – v 12.2014. PP 53.

¹⁰³ Anistia Internacional. Ato direitos humanos são nosso orgulho. Disponível em < <https://anistia.org.br/entre-em-acao/evento/direitos-humanos-sao-o-nosso-orgulho/> >.

¹⁰⁴ STOP TRANS PATHOLOGIZATION. Disponível em:< <http://www.stp2012.info/old/pt/adesoes>> Acesso em: 22 out. 2014.

normalização da identidade de gênero, imposta por códigos médicos, transformam-se em violentas terapias de reconversão de transexuais, que são diariamente expostos em clínica de tratamento para adaptação aos papéis de origem.

A atuação da rede internacional STP¹⁰⁵ ocorre em função de denunciar e impor o fim de tratamentos clínicos abusivos que, por fim, alimentam o ódio e negam o direito de transexuais exercerem suas identidades sexuais. A campanha reivindica uma série de questões: a retirada da transexualidade dos manuais de doenças mentais; o direito de modificar o nome e sexo nos documentos oficiais, sem ter que passar por diagnósticos médicos; a garantia do acesso ao mercado de trabalho e concessão de asilo político. A visibilidade da campanha demonstrou a capacidade de decisão de transexuais sobre os próprios corpos por sua excelência. A plataforma¹⁰⁶ que mobilizou agentes ativistas do mundo inteiro teve parte de sua conquista estabelecida com a publicação do DSM-V. A publicação do manual adaptou as nomenclaturas retirando o termo “Transtorno de Identidade de Gênero” e aparecendo “Disforia de Gênero”, referindo-se a angústia que sofre a pessoa que não se identifica com seu sexo.

Outra conquista entre redes de grupos da sociedade civil LGBT se refere à anulação da lei anti-homossexualidade em Uganda. ONGs internacionais ao redor do globo trabalharam para distribuir informações sobre o que estava acontecendo no país. Segundo os relatos, a aplicação da lei levou ao aumento da repressão estatal, de forma a alimentar abusos e deixar a sociedade LGBT sem acesso à justiça. Segundo Jackson¹⁰⁷, vice-diretora Regional da Anistia Internacional: “A repressão em Uganda está aumentando de forma legitimada pelo Estado, através de uma legislação flagrantemente discriminatória que corrói direitos garantidos pela Constituição do país,”. De acordo com o relatório da Anistia Internacional¹⁰⁸, enquanto a lei anti-gay estava em vigor, indivíduos percebidos como gays eram presos arbitrariamente, alguns espancados pela polícia e mantidos sob custódia. Tais indivíduos foram sujeitos a ataques de gangues nas ruas e tiveram seu acesso à saúde pública negado. O relatório realizado pela Anistia destaca, ainda, que, mesmo com a retirada da lei anti-homossexuais, atualmente as

¹⁰⁵ STOP TRANS PATHOLOGIZATION. Disponível em: < <http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto> >.

¹⁰⁶ STOP TRANS PATHOLOGIZATION. Disponível em: < <http://www.stp2012.info/old/pt/noticias> >.

¹⁰⁷ ANISTIA INTERNACIONAL, Disponível em: < <https://anistia.org.br/noticias/uganda-legislacao-discriminatoria-alimentam-abusos-e-repressao/> >. Acesso em: 22 out. 2014.

¹⁰⁸ ANISTIA INTERNACIONAL, Disponível em: < <https://anistia.org.br/noticias/uganda-legislacao-discriminatoria-alimentam-abusos-e-repressao/> >. Acesso em: 22 out. 2014.

vitimas de abusos apresentam receios de denunciar a agressão de seus corpos à polícia. A Anistia Internacional apela que o governo de Uganda deve lutar pelos direitos dos homens e garantir os direitos humanos inerentes a todas as pessoas, incluindo mulheres e homossexuais.

A cada ano a sociedade civil global vem atuando de maneira significativa para a garantia dos direitos humanos de pessoas LGBT. Organizações não governamentais, como a ILGA, a Anistia Internacional e a ARC internacional somam esforços, estabelecem redes para denunciar agressões e violências contra a comunidade LGBT. Isto impera no exercício de reivindicar a prestação de contas do que acontece nos Estados, mobilizar redes de ativismo e trabalhar em parceria com organizações internacionais. A atuação de ONGs em prol aos direitos LGBT no sistema internacional contribui com formações de ideias, advogando por mudanças positivas para aumentar a legitimidade do processo de governança global. Assim sendo, o próximo capítulo busca analisar a atuação de redes de ONGs no âmbito da arena global.

3. ANÁLISE DE CASO: PROPAGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA.

Será trabalhada no presente capítulo a atuação de redes de ONGs transnacionais em um sistema de cooperação tripartite entre Estados, Nações Unidas e sociedade civil global.

3.1 - Sociedade civil global inserida na nova geopolítica

Deste o início do século XXI, a sociedade civil global tornou-se ator importante nas relações internacionais. Com o estabelecimento da nova ordem mundial, caracterizada pela geopolítica mais interligada, pelo desenvolvimento tecnológico e também pela compreensão do espaço e tempo, cria-se a oportunidade de entrar em contato, com maior facilidade, com problemas enfrentados por outros povos.¹⁰⁹ Como já descrito neste trabalho, este fenômeno se refere à intensificação dos processos de globalização, onde se percebe um momento de maior autonomia comunicacional dos indivíduos ao redor do globo. Em meio a este processo, a sociedade civil organizada pode ser entendida como um ator transnacional, que proporciona um espaço de interação entre indivíduos e associações, além disso, são categorias que estabelecem um conjunto de redes motivadas por propósitos políticos sociais e econômicos.¹¹⁰ Segundo Pérez-Prat¹¹¹ sobre a formação da sociedade civil global em redes:

“hace referencia a la transnacionalización de la vida social, a la interacción de individuos, pueblos, grupos y entidades de diversa condición, que resulta en la creación de redes, de un entramado de contactos efectuado a través de las fronteras del Estado y fuera de los cauces tradicionales de las relaciones internacionales.”

¹⁰⁹ TEIXEIRA, Celso Elenaldo. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. Editora Lua Nova. 1999. PP1.

¹¹⁰ FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012. PP106-110.

¹¹¹ PÉREZ-PRAT DURBAN, Luis. Sociedad civil y seguridad colectiva. Fride, Madrid, 2005. PP30. APUD ZERBINI, 2010.

Para Evangelista¹¹², a sociedade civil global é um novo espaço de ações políticas, onde este ator opera por meio da economia globalizada para formar suas estratégias e mecanismos de ações. Segundo a leitura que autora faz de Brow¹¹³, a existência de redes de ONGs e outros autores não governamentais proporciona base para uma governança global, emergindo assim, grupos de pressões capazes de propor novas agendas nas relações internacionais. Segundo Corrêa¹¹⁴, o debate sobre sexualidade no âmbito da ONU, não teria ocorrido como se desdobrou caso o sistema das Nações Unidas não estivesse aberto à participação da sociedade civil organizada, como por exemplo, na conferência de Pequim, que entraram em cena força de redes feministas lésbicas para garantir avanço na agenda sobre novos direitos sexuais e reprodutivos.

Os debates sobre sexualidade e direitos humanos nas arenas políticas internacionais tiveram que passar por um longo processo para alcançar os discursos e preocupações de entidades governamentais. Em meio a este contexto, existe um crescente debate sobre como fazer frente à globalização hegemônica de “de cima para baixo” através de outra “de baixo para cima”. Segundo Ianni¹¹⁵, as articulações “de baixo para cima” se referem mudanças propostas pela sociedade civil. Para autor¹¹⁶:

“As manifestações de protesto em várias partes do mundo são de uma tentativa de fazer face à globalização de cima para baixo e propor uma de baixo para cima. É a luta por mais democracia, melhor distribuição da riqueza, evitando que direitos sejam dizimados.”

Partido desta análise proposta por Ianni, pode se dizer que os debates acerca da agenda LGBT foram iniciados de “baixo para cima” em um esforço conjunto da sociedade civil organizada para enquadrar as questões de orientação sexual e identidade de gênero nos foros e encontros internacionais. Sendo assim, redes de ONGs, manifestações nas ruas, encontros paralelos foram determinantes para as questões da

¹¹² EVANGELISTA, Ana Carolina. Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). PUC SÃO PAULO. São Paulo. PP 47.

¹¹³ BROWN, C. “Cosmopolitan, World Citizenship and Global Civil Society”. Critical Review of International, Social and Political Philosophy, Vol.3, Number 1, Summer. APUD EVANGELISTA. 2006. PP 48.

¹¹⁴ CORRÊA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. PP99.

¹¹⁵ Entrevista Octavio Ianni- Globalização e repolitização. Disponível em: <<http://www.globalizacion.org/entrevistas/IanniGlobalizacaoRepolitizacao.htm>>.

agenda LGBT fossem discutidas no âmbito estatal e institucional nas relações internacionais. A título de exemplo, nota-se a atuação de grupos de pressão na já mencionada rede de ativismo de lésbicas na conferência de Pequim, outro exemplo, dar-se por grupos trans e intersex que ganhariam espaço e visibilidade na resolução brasileira de 2003.

Como forma de potencializar suas ações, a sociedade civil organizada utiliza os mecanismos de organismos internacionais como recurso e apoio. Estes por sua vez, já não podem desconhecer ações de entidades não estatais, seja para legitimar seu regime perante a ordem mundial, seja para tornar projetos mais eficazes¹¹⁷. De acordo com Fonseca¹¹⁸, uma característica ligada a articulações de redes da sociedade civil global é a tarefa de mobilizar e canalizar experiências acumuladas, estabelecendo parâmetros e mecanismos para defender suas metas e mudar consciências em demissões planetárias. Assim sendo, a participação de redes de ONGs em conferências ministradas pelas Nações Unidas teve efeitos sobre as demandas e agendas. Conforme ilustrado por Corrêa¹¹⁹, em 1994, a Comissão Internacional de Direitos Humanos de Lésbicas e Gays (IGLHRC), com o apoio da ILGA e do Closet de Sor Juana (México), elaboraram documento para garantir que a sexualidade, incluindo a orientação sexual, fosse considerada na agenda de Pequim. A declaração foi assinada por mais de seis mil pessoas e organizações não governamentais, dando origem à estratégia de *advocacy*, a fim de assegurar que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero fosse colocada no capítulo de direitos humanos da conferência. No entanto, ao final das negociações, o termo “orientação sexual” foi eliminado do texto definitivo, mas, como já mencionado no capítulo anterior, muito se avançou para os direitos reprodutivos da mulher. No parágrafo 96, por exemplo, definiram-se pela primeira vez de forma clara noções sobre os “direitos sexuais”.

Zerbini destaca que, partindo da perspectiva de direitos humanos, a sociedade civil abrange uma pluralidade de atores que trabalham a favor da dignidade humana. O Estado neste processo é visto como um produto da vontade humana e assim deve servir

¹¹⁷ TEIXEIRA, Celso Elenaldo. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. Editora Lua Nova. 1999. PP1.

¹¹⁸ FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não - Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012.

¹¹⁹ CORRÊA, Sonia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art01_correa.pdf> Acesso em: 22 out. 2014.

sua vida a sociedade e não ao contrário. O autor sugere, que, em razão a proteção da dignidade humana os atores internacionais devem trabalhar em conjunto em um sistema harmônico de trocas de informações e planejamentos estratégicos, onde o conceito de sociedade civil não deve estar distante do campo conceitual do Estado e vice-versa. O autor aponta que uma característica consolidada ligada a concepção do Estado contemporâneo é que estes também são compostos por atores sociais, incluído a sociedade civil. Nesse sentido, a temática de sociedade civil também deve ser analisada por meio de sua relação com Estado-nação.

Assim sendo, a proposta deste capítulo não busca apenas analisar a formação de redes de ONGs, mas visa encontrar a interação destas com os Estados e organismos internacionais, para a formação de um trabalho tripartite. Será estudada a atuação da organização não governamental ARC Internacional nos mecanismos da ONU para a disseminação dos Princípios de Yogyakarta. Tais princípios são uma iniciativa da sociedade civil organizada com um corpo de juristas especializados em direitos humanos, tendo como objetivo central estabelecer um elo entre as questões de orientação sexual com os direitos humanos. Este o material que será utilizado como base para as análises deste capítulo.

3.2- ARC Internacional em redes transnacionais.

Ao se tratar de metas e operações inerentes à organização não governamental nota-se que, quando desenvolvem trabalho de cunho internacional, tendem a buscar status consultivo junto a ONU, a fim de garantir acesso às reuniões e documentações. Desde sua criação em 2003, a ARC Internacional tem trabalhado para avançar com a agenda LGBT e melhorar o acesso aos mecanismos das Nações Unidas, onde estabelecem planos e metas para disseminar informações e propor novas ideias. Para receber o status consultivo as ONGs são submetidas a uma série de análises feitas pelo Comitê de Organizações Não Governamentais do ECOSOC. De acordo com o relatório apresentado pela ARC Internacional¹²⁰, em 2006, o Comitê de ONGs, negou o acesso de representantes LGBT ao status consultivo da ONU, rejeitando a solicitação de todas as ONGs da causa. Somente, em julho de 2014, por meio do apoio de ONGs como:

¹²⁰ ARC INTERNACIONAL. Disponível em: <http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/09/ARC-NGO-Joint-Statement-HRC1-es.pdf> Acesso em: 27 out. 2014.

Canadian HIV / AIDS Legal Network e ILGA-Europa que, a ARC Internacional conquistou oficialmente status consultivo no âmbito das Nações Unidas.

Para fins administrativos, a sede da ARC Internacional é localizada no Canadá. Porém, para avançar com as demandas referentes aos parâmetros de direitos humanos, a ONG se faz presente em tempo integral em Genebra. Tipicamente, as ONGs não recebem recursos das empresas e governos, mas buscam adquirir fundos através de contribuições de indivíduos comprometidos com sua causa. De acordo com os dados disponibilizados pela ARC internacional¹²¹, a ONG recebe doações dos Estados Unidos, e utilizam o modelo de desenvolvimento de liderança comunitária, construída sobre o conceito de pesquisa colaborativa para poder avançar com as metas propostas.

Para estabelecer planejamento estratégico em torno das questões LGBT, a ONG onde possui apoio do Alto Comissariado da ONU de Direitos Humanos, de forma a ter acesso aos registros de todos os Estados-membros das Nações Unidas. Acessando as informações, cabe a ARC Internacional analisar os registros e disseminar as informações através do estabelecimento de redes transnacionais entre ONGs. Neste processo, as ONGs sentem a necessidade ir além do papel que exercem no âmbito das instituições internacionais e organizam conferências e encontros paralelos entrem às próprias ONGs. Também, tendem a cooperar com agentes da mídia para o aumento da visibilidade da agenda, onde fazem publicações em revistas e boletins.

Para Fonseca¹²², as redes globais da sociedade civil organizada formam correntes entre seus integrantes em um plano horizontal, é como uma malha de múltiplos fios que se espalham para todos os lados. Neste processo, nenhum dos atores envolvidos se destaca como um pilar central e nenhum se torna representante dos demais. Sendo assim, pode-se dizer que as redes de ONGs seguem um modelo horizontal e não hierárquico, sendo voluntário e recíproco para intercambio de informações. O autor aponta que a diversidade do setor não governamental e das redes de ONGs representa tanto sua maior força quanto sua maior fraqueza, pois devido à

¹²¹ ARC INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://arc-international.net/about>> Acesso em: 25 out. 2014.

¹²² FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012. PP106-110.

diversidade de interesses há dificuldades de encontrar um denominador em torno de um projeto específico e transformados.

Neste sentido, ARC Internacional tem trabalhado para estabelecer redes de ONGs simétricas no que tange as questões da agenda LGBT. A ONG disponibiliza em sua página na internet uma lista, onde estabelece espaço para que as ONGs compartilhem estratégias para avançar com as metas. Além disso, fornece todos os anos uma compilação de dados a respeito de diálogos sobre gênero, sexualidade e direitos humanos no âmbito das Nações Unidas. No documento apresentado em 2004¹²³, a ARC analisa diálogos estabelecidos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. As ONGs participantes reconheceram a necessidade de estudar e explorar adequadamente os mecanismos da ONU, onde citam a possibilidade de realizar declarações por escrito e a oportunidade de efetuar discursos orais por 3 minutos em reuniões plenárias da CDH. Discutiu-se também, a importância do estabelecimento de redes de ONGs, os participantes apresentaram propostas para eliminar certos entraves que dificultam a tomada decisão em conjunto, onde reconhecem que o caminho para harmonizar as estratégias deve partir de um esforço em conjunto, para que, as informações sejam compartilhadas em foros e eventos paralelos.

De fato, as redes transnacionais de organizações não governamentais devem estudar e discutir a fundo os mecanismos das organizações internacionais a fim de ampliar as possibilidades e exercer maiores barganhas. Neste sentido, a ARC Internacional tem se aproximado dos Procedimentos Especiais da ONU, pois estes, têm se configurado como um instrumento importante para causa LGBT. Segundo as análises da ARC¹²⁴, é um mecanismo composto por especialista que possuem a função de investigar e informar a aplicação dos direitos humanos ao redor do globo. Os investigadores identificam abusos e reagem a estes, a título de exemplo, tomaram medidas contra assassinatos, violência e bem como discriminação no acesso público em razão da orientação sexual. Além disso, investigam os Estados que se negam a assegurar o acesso de pessoas LGBT aos direitos econômicos, sociais e culturais.

¹²³ ARC INTERNACIONAL. Diálogo Internacional sobre Género, Sexualidad y Derechos Humanos. Informe final. Ginebra, diciembre de 2004. Disponível em: < <http://arc-international.net/strengthening-capacity/international-dialogues>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹²⁴ ARC INTERNACIONAL. Disponível em: < <http://arc-international.net/global-advocacy/special-procedures>> Acesso em: 25 out. 2014.

Nesse contexto, a ARC Internacional¹²⁵ disponibiliza um guia direcionado as ONGs com o objetivo atribuir a importância dos Procedimentos Especiais. Os métodos de trabalho destes procedimentos oferecem uma série de características essenciais que se tornam úteis as ONGs: possuem a capacidade de emitir apelos urgentes; podem operar independente de ratificação de tratado governamental; não requerem a necessidade de esgotamento de recursos internos, onde alguns mecanismos internacionais de direitos humanos exigem que as vítimas tenham esgotado todas as vias internas de recurso antes de agir; são independentes dos governos, onde podem realizar trabalhos em questões politicamente sensíveis para desafiar os governos de uma maneira que outros órgãos são incapazes de fazer.

Para Fonseca¹²⁶, os esforços das ONGs para estabelecer parcerias com sistema das Nações Unidas, tem ampliado a participação das organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisões. Para tanto, estas redes globais devem desenvolver de um trabalho em conjunto para prestar serviços, testar novas ideias e incentivar a participação cidadã. De acordo com os dados disponibilizados pela ARC Internacional, em junho de 2006, realizou-se a primeira sessão do Conselho de Direitos Humanos que, substitui a já mencionada CDH-ONU. Estados como Brasil, Espanha, Finlândia e Suécia, mencionam no encontro questões relacionadas a não discriminação por orientação sexual. Nessa sessão, ONGs da causa LGBT apresentaram declaração conjunta sobre a temática, no corpo do texto, reconheceram o papel de determinadas instâncias do ONU, como órgão de Procedimentos Especiais, identificaram ainda, o papel do Estado e de ONGs nesse processo. Cabe aqui uma observação, nota-se que, a declaração referida atribui responsabilidades compartilhada uma ação tripartite entre Estados, Nações Unidas, e ONGs, conforme este trecho da declaração¹²⁷:

“El hecho de que los miembros de la comunidad internacional estemos dando mayor peso y estatus a los derechos humanos dentro del sistema de la ONU; el compromiso de dedicar más tiempo durante el año a tratar estas cuestiones; la reafirmación del valioso papel de los Procedimientos Especiales de la ONU y de las ONGs; la voluntad de los Estados de enviar voluntariamente sus registros de derechos humanos para que sean revisados

¹²⁵ARC INTERNACIONAL. Disponível em: < <http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/arc-guide-special-procedures.pdf> > Acesso em: 24 out. 2014.

¹²⁶FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos. Brasília, Junho de 2012. PP. 116.

¹²⁷Exposición conjunta. La promesa del Consejo de Derechos Humanos: Grupos marginados, Orientación sexual e Identidad de género <<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/09/ARC-NGO-Joint-Statement-HRC1-es.pdf> >. Acesso em: 25 out. 2014.

internacionalmente mediante la Revisión Periódica Universal – todo esto, marca un nuevo comienzo, una nueva esperanza, una nueva promesa.”

Partindo da perspectiva tripartite estudada no decorrer deste trabalho, cabe analisar que as declarações conjuntas realizadas pelas ONGs foi um momento de interação entre sociedade civil global e Estado no âmbito das Nações Unidas. Com base no princípio da universalidade dos direitos humanos, onde todas as pessoas devem ser tratadas como livres e iguais em dignidade e direito. A declaração conjunta atribui uma serie de recomendações aos Estados a fim de encoraja-los a iniciativas em prol às questões de orientação sexual. Assim sendo, propõem que os Estados devem apoiar o trabalho dos Procedimentos Especiais a fim de identificar com maior facilidade os problemas e violações dos direitos humanos.

“Esperamos de los Estados que sean un reflejo directo de cómo cada uno puede mejorar su propio registro de derechos humanos y que participen en la Revisión Periódica Universal con un espíritu abierto y un compromiso con el cambio verdadero. Por último, esperamos de los Estados que acepten e incluso acojan con gusto el papel de las ONGs, ya que somos el apoyo a sus esfuerzos para cumplir con estos compromisos.”

Pode-se analisar que esta situação ilustra a capacidade de agir das ONGs nos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Conforme observamos, a ARC Internacional tem contribuído com o intercambio de ideias entre redes de ONGs, que através dos mecanismos da ONU, há um progresso para a interação entre governos e sociedade civil, configurando assim, ações tripartites nas relações internacionais. Outra bandeira levantada pela ARC Internacional é a promoção dos Princípios de Yogyakarta. Conforme mencionado à cima, tais princípios formam um conjunto de normas internacionais que inserem as questões sobre orientação sexual e identidade de gênero nos parâmetros de Direitos Humanos, do qual será discutido no próximo tópico.

3.3 – Consolidação dos Princípios de Yogyakarta no sistema internacional.

Em novembro de 2006, grupos de ativistas da causa LGBT e um corpo de juristas especializados em direitos humanos se reuniram para formular um documento de cunho universal a fim de vincular a temática de identidade de gênero e orientação sexual como normas vigentes de direitos humanos. Este documento recebeu o nome de “Princípios de Yogyakarta” e foi desenvolvido durante um seminário internacional na Universidade de Gadjah Mada, em Yogyakarta, na Indonésia. Em seguida, os princípios

foram encaminhados a ONU e tornaram-se referencia global para a criação de leis de proteção e respeito da dignidade da pessoa humana baseada em orientação sexual ou identidade de gênero.

Segundo Corrêa¹²⁸, a iniciativa foi motivada pela dificuldade de colocar na pauta internacional questões levantadas pela comunidade LGBT. Conforme mencionado no capítulo anterior, em 2003, autoridades governamentais se posicionaram contra o debate sobre minorias sexuais na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Logo, organizações não governamentais de direitos humanos, plataformas ativistas de correntes feministas e LGBT começaram a articular ações para ampliar a pauta que inclui a sexualidade e identidade de gênero aos padrões de direitos humanos. Em 2006, a ARC Internacional promoveu um fórum de discussões, onde colocou em debate preocupações em razão da falta de ordenamentos jurídicos capazes de guiar a aplicação dos direitos humanos em caso de violação baseada em identidades sexuais.

O objetivo estratégico dos Princípios de Yogyakarta é tornar claras as obrigações dos Estados em relação à implementação de normas gerais acordadas por estes. Sendo assim, cada princípio propõe recomendações detalhadas aos Estados. O documento¹²⁹ atribui vinte e nove princípios que seguem o discurso da universalidade dos direitos humanos. Os primeiros pontos colocados no documento enfatiza a proteção dos direitos fundamentais como “Segurança Humana e Pessoal” (princípio 5), onde os Estados deverão tomar medidas para garantir que todo e qualquer cidadão deve ter acesso a justiça. Abordam também, as perspectivas dos “Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”, segundo “Direito ao Trabalho” (Princípio 12) , onde toda pessoa tem o direito de trabalho digno e produtivo, aconselhando aos Estados tomar medidas legislativas para eliminar qualquer discriminação neste ambiente.

Outro ponto tratado pelo Princípio de Yogyakarta e que merece ser discutido é o “Direito de Expressão, Opinião e Associação” (Princípio 19), este direito possibilita a liberdade de expressar sua própria identidade e sexualidade sem interferência do Estado. Neste sentido, não deve haver a proibição de ações coletivas da sociedade civil por

¹²⁸ CORRÊA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. PP 32

¹²⁹ PRINCÍPIOS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, Junho de 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 25 out. 2014.

grupos que buscam promover direitos LGBT na comunidade internacional. O documento também traz à tona a “Liberdade de Movimento e o direito a receber Asilo” (Princípio 23), onde concede o direito a solicitar asilo por perseguição pela orientação sexual. Observa-se este direito torna-se uma válvula de escape às medidas de governos autoritários e conservadores. Segundo Corrêa¹³⁰:

“Os Princípios de Yogyakarta não são uma declaração de aspirações ou carta de reivindicação de direitos. O documento compila e reinterpreta definições de direitos humanos fundamentais consagradas em tratados, convenções, resoluções e outros textos internacionais sobre os direitos humanos, no sentido de aplicá-los a situações de discriminação, estigma e violência experimentadas por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero”.

Sendo assim, conclui-se que, por meio dos Princípios de Yogyakarta, dissemina a visibilidade da agenda LGBT, pois permite que seus conteúdos sejam debatidos em encontros mundiais. Para Corrêa¹³¹, a aplicação e disseminação devem avançar em escala gradual, caso contrário, há a possibilidade de se tornar mais um entre centenas de outros textos que podem ser simplesmente ignorados pelos Estados. Como já descrito, trata-se de um documento muito bem elaborado por um corpo de juristas especializados em direitos humanos, no entanto, não é um documento estatal negociado, o seu conteúdo serve de modelo, onde pode e deve ser modificado para a formulação de legislações no âmbito interno de Estado-nação. Nesse sentido, pode-se dizer que a necessidade de um real trabalho entre os atores internacionais para a consolidação dos Princípios de Yogyakarta, visto que quanto mais consolidados mais seguro estará o mundo.

3.4- Disseminação dos Princípios de Yogyakarta segundo ARC Internacional.

Os Princípios de Yogyakarta foram lançados em 2007, em uma sessão do conselho de Direitos Humanos em Genebra. No mesmo ano foi lançado na sede da ONU em Nova York e também disseminado no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Nova Iguaçu. Tais princípios configuram três aspectos importantes para a visibilidade da agenda LGBT, pois se tornaram referência para diretrizes de direitos humanos, apresenta-se como parâmetros de monitoramentos destes

¹³⁰ CORRÊA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. PP 32

¹³¹ CORRÊA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. PP 33

direitos e, além disso, o texto tem sido colocado em debate em parlamentos de vários países para formulações de leis de governança local.

Segundo os dados disponibilizados pela ARC Internacional¹³², com o lançamento dos Princípios de Yogyakarta, muitos países passaram a citar o documento no âmbito de discussões internacionais. A Revisão Periódica Universal é um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a fim de acompanhar a postura dos Estados em defesa dos direitos humanos, onde realizam avaliação das ações dos Estados-membros. Em 2008, nos primeiros dois ciclos do mecanismo, países como Brasil, Equador, Finlândia, República Checa mencionaram os Princípios de Yogyakarta como referência para o desenvolvimento políticas públicas no âmbito interno. Este mecanismo, as ONGs podem destacar as principais ações dos Estados e realizar recomendações. Em relação às políticas adotadas pelo Estado brasileiro, as ONGs¹³³ colocaram em pauta a discussão:

- “Elogiar o Brasil pela sua liderança na questão de orientação sexual e identidade de gênero, particularmente pelo programa nacional “*Brasil sem homofobia*”, e seu grande apoio nos *Princípios de Yogyakarta na aplicação do direito internacional dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*”.
- “É recomendado considerar adicionar mais sugestões identificados pelos stakeholders; como melhorar o serviço e programas de saúde para mulheres lésbicas, facilitando a mudança de nome e sexo para transgêneros e pessoas intersex, medidas adicionais para combater os crimes de ódio, reconhecimento igualitário de relacionamentos de pessoas entre o mesmo sexo, e a inclusão contínua do assunto de orientação sexual na legislação contra a discriminação no nível Estatal”.

Cabe observar que na medida em que os Princípios são citados no mecanismo de Revisão Periódica Universal adquirem um status importante a ser considerado em fóruns de negociações no âmbito das Nações Unidas. Como forma de desenvolver seu trabalho em relação à orientação sexual e identidade de gênero, a ARC Internacional desenvolve pesquisas e disponibiliza em plataformas online sobre o uso dos princípios ao redor do globo. O site da ARC Internacional¹³⁴ permite que qualquer indivíduo possa acessar o desenvolvimento de leis, projetos e campanhas recém descobertos e assim, garantir o acesso público e progresso do documento.

¹³² ARC INTERNATIONAL. Highlights of the Universal Periodic Review. mimeo, 2008.

¹³³ ARC INTERNACIONAL. < <http://arc-international.net/global-advocacy/universal-periodic-review/b/brazil>> Acesso em: 27 out.2014.

¹³⁴ ARC INTERNACIONAL. < <http://ypinaction.org/>> Acesso em: 27 out. 2014.

A ONG lançou recentemente o “*Guide for Sexual Orientation and Gender Identity Advocates*”¹³⁵ que inclui várias recomendações sobre como promover os Princípios de Yogyakarta. Por meio do guia, buscam despertar a consciência cidadã nos processo e mecanismos da ONU, recomendam as ONGs e redes de ativismo à divulgação dos princípios na mídia para um movimento de maior pressão para o reconhecimento e a proteção dos direitos das pessoas LGBT. Segundo a ARC¹³⁶, no Brasil a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), engajou-se na campanha e realizou a distribuição de 10 mil exemplares dos Princípios de Yogyakarta na I Conferência Nacional de Políticas para LGBT. Porém, apesar do esforço pesquisas realizadas pela ONG¹³⁷ revelam que parte pequena da comunidade LGBT está ciente sobre os princípios de cunho internacional.

A participação da sociedade civil nos mecanismos de direitos humanos da ONU oferece uma oportunidade estabelecer parcerias a fim de educar os governos para pressioná-los a viver de acordo com suas promessas de direitos humanos universais. Assim sendo, a atuação da ARC Internacional tem contribuído para disseminar um novo consenso mundial para mudanças de mentalidades e remoção da ignorância e preconceito, onde a promoção dos Princípios de Yogyakarta se torna uma ferramenta para combater a exclusão social de minorias sexuais e superar todos os tipos de fundamentalismos.

3.5- Atuação do Brasil de acordo com a ARC Internacional.

Partindo das análises disponibilizadas pela ARC Internacional, especificamente por meio do relatório “*The Impact of the Yogyakarta Principles on International Human Rights Law Development. A Study of November 2007 – June 2010*”¹³⁸, nota-se que âmbito internacional o governo brasileiro tem apoiado a promoção dos Princípios

¹³⁵ARC INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/arc-guide-hrc.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

¹³⁶ARC INTERNACIONAL. Disponível em: <http://ypinaction.org/content/brazil_documents>. Acesso em: 27 out. 2014.

¹³⁷ABGLT. Disponível em: <<http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/02/analise-pesquisa-principios-de-yogyakarta-final.pdf>> Acesso em: 27 out. 2014.

¹³⁸ARC INTERNACIONAL. Final Report. Disponível em: <http://ypinaction.org/files/02/57/Yogyakarta_Principles_Impact_Tracking_Report.pdf>. Acesso em 27. Out.2014

de Yogyakarta, onde estes têm sido importantes para guiar ações de defesa a nível nacional. Segundo relatório disponibilizado pelo Ministério da Educação¹³⁹:

“Os “Princípios de Yogyakarta” (2006) são um bom exemplo. Vale observar ainda que o Brasil tem sido um importante ator nesse cenário. O país levou o tema para a Conferência Regional das Américas (Santiago, 2000) e defendeu-o na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001). Em 2004, apresentou a Resolução “Orientação Sexual e Direitos Humanos” no Conselho de Direitos Humanos da ONU e é signatário das “Declarações” da Nova Zelândia (2005) e da Noruega (2006). O programa “Brasil sem Homofobia” constitui um marco para a formulação de políticas públicas nesta área.”

Por outro lado, segundo a ARC, existe pouco avanço nas legislações internas, o relatório¹⁴⁰ apresentado indica que, até 2010, quase são inexistentes os projetos de leis que citam os Princípios como referencia internacional de direitos humanos. No entanto a ARC Internacional indica que o governo brasileiro tem se posicionado a favor da igualdade para pessoas LGBT, por meio de outras iniciativas. Em 2009, o Brasil lançou uma versão em Português dos Princípios de Yogyakarta e distribuiu com emblema do governo brasileiro, significando o apoio oficial da presidência. Outra iniciativa parte do Ministério da Educação, da Presidência da República e do Governo Regional de São Paulo que organizam com frequência Conferências LGBT e seminários nacionais para definir estratégias e medidas contra a não discriminação por orientação sexual.

O Ministério da Educação¹⁴¹, em 2009, publicou um documento de 450 páginas sobre homofobia nas escolas. O material reconhece que a escola é um espaço decisivo para contribuir com as boas práticas pautadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos. Segundo o quadro levantado pela ARC Internacional, este documento cita os Princípios de Yogyakarta, como parte do quadro jurídico internacional sobre questões de identidade de gênero. O material¹⁴² indica que para constituir um ambiente escolar justo, igualitário e livre de preconceito é necessário identificar e enfrentar os problemas

¹³⁹ Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

¹⁴⁰ ARC INTERNACIONAL. Final Report . Disponível em: <http://ypinaction.org/files/02/57/Yogyakarta_Principles_Impact_Tracking_Report.pdf> Acesso em: 27 out. 2014.

¹⁴¹ Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

¹⁴² Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

de forma que possam emanar os parâmetros do Direito Internacional de Direitos Humanos no âmbito nacional brasileiro. Neste sentido, foram distribuídos para professores de ensino público material sobre “Gênero e Diversidade na Escola”, onde fornecem aos profissionais orientações e instrumentos para consolidar uma cultura de respeito à diversidade de identidade de gênero.

O Brasil possui redes de ativismo consolidadas como, por exemplo, a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que conta com mais de 200 organizações locais que atuam na defesa, na promoção e na garantia de direitos humanos de pessoas LGBT. Existem também, outras redes de ativismo, tais como a Associação Nacional das Travestis (Antra), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Brasileira de Gays (Abragay). Além disso, o Brasil é um Estado reconhecido mundialmente por agrupar o maior número de pessoas paradas do orgulho LGBT, sendo três milhões de pessoas registradas na parada de São Paulo em 2007. No entanto, por meio de relatório sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas¹⁴³, observa-se que a sociedade brasileira ainda é marcada por altos índices de violência por motivo de orientação sexual e, no âmbito legislativo, o governantes tendem a ceder pressões de bancadas fundamentalistas dificultando o avanço de direitos sociais e econômicos de pessoas LGBT.

Partindo destas análises, pode-se dizer que o desafio para o mundo atual é propagar o ensino dos direitos humanos nas estruturas organizacionais da sociedade tais como as de consumo, de educação, de saúde – onde os indivíduos enquanto seres humanos possam respeitar as diversas identidades e as diferenças culturais. Segundo Zerbini, a ação tripartite dos múltiplos atores nas relações internacionais tem sido diretamente responsável para incrementar e debater noções de direitos humanos na arena global. Devido às dinâmicas de interdependência, globalização e transnacionalização discutidas no decorrer deste trabalho, o Estado encontra barreiras para dar respostas válidas a muitos problemas. Desta maneira, a sociedade civil global ganha espaço para apresentar soluções para problemas de cunho internacional. Assim sendo, observa-se que duas características importantes ligadas à atuação da ARC são a busca de articulação de normas internacionais e a mobilização de ações em redes para

¹⁴³ Texto base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Disponível em: < http://ypinaction.org/files/01/93/National_Conference_GLBTT.pdf > Acesso em: 26 out. 2014.

exercer pressão internacional perante governos que se recusam a garantir os direitos humanos de minorias sexuais.

Fica difícil imaginar que apenas um ator das relações internacionais consiga potencializar a verdadeira dignidade humana no meio em que as pessoas vivem. A atuação de ONGs como a ARC Internacional seria ineficiente sem um esforço conjunto com Estados e instituições internacionais, locais e regionais. Por isso, o trabalho tripartite pode apresentar soluções de maiores alcances, sendo disseminadas boas práticas ao redor do globo. Talvez assim, as noções de direitos humanos possam se tornar realidade na vida das próximas gerações que logo passariam a valorizar as diferenças culturais, progredindo, desta forma, nossa sociedade global.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou demonstrar como a atuação da sociedade civil global interfere nos mecanismos do sistema internacional para a garantia de novos espaços e agendas. A vontade de um indivíduo de inserir-se em uma ação coletiva, parte da ineficiência dos Estados que não apresentam soluções concretas para um determinado problema, onde muitas das vezes, estes se negam a disseminar as boas práticas propostas pelo sistema de direito internacional. Em meio a este cenário, os grupos da sociedade civil organizada passam a atuar como agentes políticos internacionais capazes de propor soluções alternativas. Isto impera em um exercício de práticas e estratégias em redes de ONGs transnacionais e de movimentos sociais que por meio dos mecanismos de comunicação somam esforços para proteger a dignidade da pessoa humana. Observa-se que os indivíduos se percebem em uma ação coletiva quando trocam informações sobre seus símbolos e identidades, emergindo assim, uma rede de significados que através de interações passam a ganhar visibilidade no sistema internacional.

Outro ponto levantado pelo trabalho infere na perspectiva de que é necessário um sistema tripartite nas relações internacionais para promoção de direitos humanos. Devido à nova ordem mundial, o sistema internacional se tornou uma arena multifaceta, emergindo novas plataformas de ações que desenvolvem soluções alternativas para problemas de cunho global. Podemos tomar como referência da nova diplomacia multifacetada, os projetos que envolvem a disseminação dos Princípios de Yogyakarta, onde questões para não discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero foram debatidas e tratadas como modelo de Direito Internacional de Direitos Humanos pela sociedade civil organizada, por determinados Estados como o Brasil e pela organização internacional das Nações Unidas.

Neste trabalho, a discussão central descreveu a capacidade de ONGs exercerem pressões no sistema internacional a fim de visibilizar a agenda LGBT. Nesse sentido, observam-se avanços quanto aos debates, onde preocupações com violações de direitos de minorias sexuais têm sido expressas com frequência pelos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas. Estes mecanismos incluem: textos de tratados estabelecidos para monitorar os Estados a fim de que estejam em conformidade com os

princípios de direitos humanos regidos pelo DUDH; Procedimentos Especiais e outros especialistas independentes da antiga CDH-ONU e do atual Conselho de Direitos Humanos que buscam investigar e informar a respeito dos desafios de direitos humanos; A presença de ONGs com status consultivo nos processos de tomadas de decisões.

Sendo, assim, no decorrer de um processo histórico, nota-se que a nomenclatura “orientação sexual” até vinte anos atrás não era mencionada nas estruturas do sistema internacional. Observa-se também que, a agenda ganhou visibilidade por um esforço iniciado pela sociedade civil global “de baixo para cima” onde encorajou indivíduos agirem em conjunto com seus símbolos e identidades para alcançar o sistema internacional e assim, diminuir violações dos direitos de minorias sexuais que ocorrem ao redor do globo, do continente, do país, da vizinhança dia após dia.

No decorrer deste trabalho notou-se que a visibilidade da agenda LGBT nos mecanismos de direitos humanos do sistema intencional proporcionou um ambiente onde os Estados passaram a reconhecer a gravidade do problema ante as pessoas homossexuais, tornando-se um momento de esperança e mudança de mentalidade global. E ainda, as interpretações obtidas levam a noção de que a luta pela não discriminação é uma luta coletiva, levando as ruas mulheres, crianças, homens independente de raça, gênero ou orientação sexual, ou seja, trata-se de uma questão de cidadania global, de propagação dos bons costumes e não somente uma luta do movimento gay.

Diante de todas as dificuldades para a realização deste trabalho, entre estas o curto espaço e tempo para o feito deste, poderia ter sido discutido e proporcionado maior ênfase na atuação da ARC Internacional. Pretendia-se realizar entrevistas com os diretores da ONG para compreender melhor o campo de atuação, porém o contato realizado com a organização não governamental, não teve os resultados esperados, pois nunca retornaram as respostas da entrevista enviada via correio eletrônico. Outro ponto que também poderia ser mais bem aprofundado, porém, de pouco sucesso, se refere ações de Estados com instintos conservadores que barram o avanço da agenda LGBT, talvez assim, identificaríamos com maior facilidade onde o sistema tripartite poderia atuar para solucionar abusos e violações ante a comunidade LGBT.

REFERÊNCIAS

ABGLT - A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – **Consulta sobre a aplicação e utilização dos princípios de Yogyakarta no Brasil.** Disponível em: < <http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/02/analise-pesquisa-principios-de-yogyakarta-final.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

ALL OUT – Disponível em:< <https://www.allout.org/pt/about> > Acessado em 28/10/2014.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe anual 2010.** Disponível em: < <http://brasil.indymedia.org/media/2010/05/472198.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Uganda legislação discriminatória alimentam abusos e repressão.** Disponível em: < <https://anistia.org.br/noticias/uganda-legislacao-discriminatoria-alimentam-abusos-e-repressao/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

ARC INTERNACIONAL. **About.** Disponível em: <<http://arc-international.net/about>> Acesso em: 23 out. 2014.

ARC INTERNACIONAL - **Final Report.** Disponível em: <http://ypinaction.org/files/02/57/Yogyakarta_Principles_Impact_Tracking_Report.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

ARC INTERNACIONAL - **Report of the Working Group: A/HRC/8/27.** Disponível em: < <http://arc-international.net/global-advocacy/universal-periodic-review/b/brazil>> Acesso em: 27 out. 2014.

ARC INTERNACIONAL. Disponível em: < <http://ypinaction.org/>> Acesso em: 27 out. 2014.

ARC INTERNACIONAL - **The UN Human Rights Council: A Guide for Sexual Orientation and Gender Identity Advocates.** Disponível em: <http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/arc-guide-hrc.pdf>.> Acesso em: 25 out. 2014.

ARC INTERNACIONAL – **Special Procedures.** Disponível em: < <http://arc-international.net/global-advocacy/special-procedures>> Acesso em: 26 out. 2014.

ARON, R. - **Os últimos anos do século.** Rio de Janeiro: Guanabara. 1997.

ARTIGO 1. - **Declaração Universal de Direitos Humanos.** Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.

BIELINKI, Diego; BORGES, Caíque, MACÊDO, César; CARES, lays; - **Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: O combate à discriminação e**

a luta por direitos. Disponível em:< <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/07-SoCHum.pdf> > Acesso em: 25 out. 2014.

BECK, U. - **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização.** Trad. André Carone. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

BROWN, C. - **Cosmopolitan, World Citizenship and Global Civil Society.** Critical Review of International, Social and Political Philosophy, Vol.3, Number 1, Summer.

Carta da ONU, disponível em < http://www.onu.org.br/docs/carta_da_onu.pdf >.
Acesso em: 24 out. 2014.

CASTELLS, Manuel – **O Poder da Identidade** – São Paulo – Paz e Terra, 1999.

Conselho Econômico e Social (ECOSOC) – Parágrafo 7 da resolução 1296 (XLIV). 23 de maio de 1968.

CORREIA. - apud BRITO, Fernanda de Almeida. **União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos.** São Paulo: LTr, 2000.

CORRÊA, Sonia. – **O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”.** Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art01_correa.pdf >
Acesso em: 22 out. 2014.

COMAN, Adrian. **Orientação Sexual e Direitos Humanos.** 2003. Disponível em:
<www.hrea.org/index.php?doc_id=701#instruments> Acesso em: 25 out. 2014.

DIANI, M – **The Concept of Social Movement.** – The Sociological Review, 1992.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995 – Disponível em:< http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf >.
Acesso em: 25 out. 2014.

Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em:
< http://ypinaction.org/files/01/94/Homophobia_in_schools.pdf > Acesso em: 27 out. 2014.

Diálogo Internacional sobre Género, Sexualidad y Derechos Humanos. Informe final. Ginebra, diciembre de 2004. Disponível em: < <http://arc-international.net/strengthening-capacity/international-dialogues> >. Acesso em: 26 out. 2014.

DUARTE, Rafael. - **Formas de Influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea.** – Universidade Federal do Paraná. Revista de Sociologia e Política. JUN 1999

EVANGELISTA, Ana Carolina. - **Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC SÃO PAULO. São Paulo. 2006.

Entrevista Octavio com Ianni. - **Globalização e repolitização.** Disponível em: <<http://www.globalizacion.org/entrevistas/IanniGlobalizacaoRepolitizacao.htm>>. Acesso em: 25 out. 2014.

Exposición conjunta. - **La promesa del Consejo de Derechos Humanos: Grupos marginados, Orientación sexual e Identidad de gênero.** Disponível em: <<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/09/ARC-NGO-Joint-Statement-HRC1-es.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

FONSECA, Fúlvio. – **As Organizações Não- Governamentais como atores da sociedade civil transnacional e seu papel na proteção de direitos humanos.** Brasília, Junho de 2012.

FOUCAULT, Michael. - **Historia da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

García Ruiz, Carmen Rocío, **ONG y Derecho Internacional: su influencia en la elaboración de normas internacionales.** Madrid: Iustel, 1ª ed. 2007.

GIDDENS, Anthony - **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas,** São Paulo, 1993.

GIDDENS, Anthony. - **As consequências da modernidade.** tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GREIG, Alan – **Sexo e os direitos do homem.** Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/questoesdesexualidade.pdf>> Acesso em: 31 out. 2014.

GOHN, Maria Glória. - **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** – Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais. ONGs e redes solidárias.** – São Paulo: Cortez. 2005

Guia de estudos – Conselho de Direitos Humanos. Sinus. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/CDH-Guia-de-Estudos.pdf>> Acesso em: 25 out. 2014.

HERZ, Monica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. - **Organizações internacionais: história e prática.** Rio de Janeiro 2004.

HALL, Stuart. - **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JUNIOR, Enézio de Deus Silva. - **Homossexualidade: Caracterização, panorama histórico, evolução terminológica e direito fundamental**. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012.

Keane. Relatórios anuais editados, desde 2001, pelo “Centre for the Study of Global Governance” London School of Economics. 2003. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/Depts/global>.

LASMAR, Jorge Mascarenhas. **Coleção para entender: A organização das Nações Unidas**. Belo Horizonte, 2006.

NADER, Lucia. - O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Disponível em: http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo7.php?artigo=7,port,artigo_nader.htm> Acesso em: 25 out. 2014.

NYE JR., Joseph S - **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009.

ONU. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos/>> Acesso em: 25 out. 2014.

OLIVEIRA, Darcy Miguel – **Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e a ONG**. Instituto Rio Branco – Brasília DF. 1999.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORTEGA, Francisco – **Genealogias da amizade**. São Paulo, 2002.

Preâmbulo da Carta das Nações Unidas. Disponível em: http://www.onu.org.br/docs/carta_da_onu.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

Princípios sobre a aplicação de legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero Junho de 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf.> Acesso em: 31 out. 2014.

RACY J. Carlos - Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais. Revista FAAP Disponível em: http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/racy.htm>. Acesso em: 31 out. 2014.

REIS, Toni. **Avanços e desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT**. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012.

RESOLUÇÃO 17/19 Disponível em: <<http://arc-international.net/wp-content/uploads/2011/08/HRC-Res-17-191.pdf>> Acesso em: 20 out. 2014.

SCHERER - WARREN, Ilse - **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização** – São Paulo – 1999.

SHEILL, Kate - **os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as nações unidas?** Organizadoras: Cornwall, Andrea e Jolly, Susie Publicado: Questões de Sexualidade, Ensaios Transculturais. Rio de Janeiro.

STOP TRANS PATHOLOGIZATION. Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>>. Acesso em: 31 out. 2014.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. - **Participação Cidadã na Sociedade Civil Global**. Editora Lua Nova. 1999.

Texto base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Disponível em: <http://ypinaction.org/files/01/93/National_Conference_GLBTT.pdf> Acesso em: 31 out. 2014.

The United Nations Speaks Out – Combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero. Disponível em: <http://www.onu.org.br/docs/discriminacao-onu-pt_br.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.

TOURAINÉ, Alain – **Crítica da modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TREVISAN, 1997. APUD. JUNIOR, Enézio de Deus Silva. - **Homossexualidade: Caracterização, panorama histórico, evolução terminológica e direito fundamental**. Publicado em Minorias Sexuais. Direitos e Preconceitos. Editora Consulex. Brasília 2012.

Trindade, Cançado. – **La nueva dimension de las necesidades de Protección del ser Humano en el inicio del siglo XXI**. San José, Impresora Gossestra Internacional, 2001.

VIEIRA, Diego Santos. **O mundo fora do armário: teoria queer e Relações Internacionais**. – Universitas Relações Internacionais/ Centro Universitário de Brasília, FAJS – v 12. 2014.

ZERBINI, Renato - **Os Direitos Humanos Desafiando o Século XXI**. Brasília. 2010.

ZERBINI, Renato. **El rol de la sociedad civil organizada para el fortalecimiento de la protección de los derechos humanos em El siglo XXI: um enfoque especial sobre los DESC**. Revista IIDH. Vol.51.